CADERNO DE ENCARGOS

"Aquisição de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana no Concelho de Fafe"

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as clausulas a incluir no contrato a celebrar na sequencia do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados em toda a área geográfica do Concelho, bem como a limpeza urbana na cidade de Fafe, conforme as delimitações e condições constantes do presente Caderno de Encargos.

Artigo 2.º – Área da prestação dos serviços

1. A área da prestação de serviços referente à recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados corresponde a toda área geográfica do Concelho de Fafe, e a referente à limpeza urbana corresponde à cidade de Fafe.

2. A área da prestação de serviços está definida na planta apresentada em Anexo ao presente Caderno de Encargos.

Artigo 3.º – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

   a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

   b. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;

   c. O presente Caderno de Encargos;

   d. A proposta adjudicada;

   e. Caso se verifiquem, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

Artigo 4.º – Prazo

1. O contrato não produz qualquer efeito antes da data do visto ou declaração de conformidade, pelo Tribunal de Contas, no âmbito da respetiva fiscalização prévia.

2. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de inicio da prestação de serviços.

3. Os prazos estabelecidos no número anterior não prejudicam as obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4. O prazo indicado no ponto 2. justifica-se pelo disposto no art.º 48 e 440.º do CCP, tendo em consideração natureza das prestações objeto do contrato, da necessidade de garantia de continuidade exigida pela natureza pública e âmbito dos serviços em causa, bem como na necessidade de garantia de maior eficiência e rentabilidade na afetação dos meios e recurso associados, objetivos que só poderão ser alcançados por via de uma relação contratual estável e duradoura.

Artigo 5.º – Preço Base

1. O preço base para adjudicação é de 3.702.830,19 (três milhões setecentos e dois mil oitocentos e trinta euros e dezanove cêntimos), não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

2. Entende-se como preço base o preço máximo que a entidade Adjudicante está disposta a pagar pela aquisição do serviço.

3. Para efeitos do presente contrato o preço base corresponde ao somatório dos preços unitários aplicados às quantidades anuais estimadas a contratar, multiplicando pelo número de anos do contrato a celebrar, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

Artigo 6.º – Faturação e condições de pagamento

1. A Câmara Municipal de Fafe pagará ao Adjudicatário, a partir da data de inicio da prestação de serviços, a quantia calculada com base nos preços unitários apresentados na Proposta e na medição dos serviços executados mensalmente, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

2. A periodicidade de faturação será mensal, devendo as faturas ser emitidas no final do mês a que respeitam e entrega da mesma até ao 5º (quinto) dia útil do mês seguinte.

3. O pagamento será efetuado num prazo de 30 (trinta) dias, após validação das faturas pelos serviços da Câmara Municipal de Fafe.

4. O Adjudicatário apresentará relatório mensal, em que especificará todos os trabalhos executados durante o mês anterior, incluindo as medições dos mesmos de acordo com as regras de medição constantes do Artigo 36.º

do presente Caderno de Encargos, para aprovação ou retificação por parte da Câmara Municipal de Fafe, que comunicará ao Adjudicatário a sua decisão em 5 dias.

5. Sempre que o Adjudicatário se oponha à retificação prevista no numero anterior, deverá apresentar, nos 15 (quinze) dias subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, uma reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas, bem como os correspondentes valores a que se acha com direito, sendo a reclamação decidida no mesmo prazo, correspondendo a falta de notificação de decisão ao deferimento da reclamação.

6. O pagamento só será efetuado após a revisão e a aprovação, por parte da Câmara Municipal de Fafe, do relatório mensal apresentado pelo Adjudicatário ou de decisão expressa ou tácita da reclamação nos termos dos números anteriores.

7. A importância do pagamento mensal a receber pelo Adjudicatário será calculada com base no produto da multiplicação dos preços unitários apresentados na proposta para cada tipo de trabalho pelas quantidades dos trabalhos efetivamente executados, medidas de acordo com as regras de medição constantes do Artigo 36.º do presente Caderno de Encargos.

8. A faturação mensal será efetuada com base nos termos definidos no número anterior, independentemente da quantidade de trabalhos efetivamente realizados ser menor, igual ou superior à estimativa apresentada no Mapa de Quantidades.

9. A Câmara Municipal de Fafe poderá reter, em qualquer fatura, os montantes compulsórios e/ou compensatórios de que seja Credor do Adjudicatário e a que tenha direito por qualquer motivo, ou compensá-los com os pagamentos que tenha que realizar.

Artigo 7.º – Penalidades – Sanções Pecuniárias

1. A Câmara Municipal de Fafe poderá impor ao Adjudicatário sanções pecuniárias, em caso de incumprimento dos prazos e/ou incumprimento parcial, total ou defeituoso dos termos e condições definidas.

2. A aplicação de sanções pecuniárias será reservada a factos imputáveis ao Adjudicatário, por ação ou omissão , na Prestação dos Serviços contratados.

3. A aplicação de sanções pecuniárias será antecedida de comunicação da Câmara Municipal de Fafe a manifestar o seu propósito, com descrição das causas e identificação do(s) artigo(s) de presente Caderno de Encargos incumprido(s).

4. O Adjudicatário poderá opor contestação, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, em sede de audiência prévia.

5. As sanções pecuniárias aplicadas por incumprimento serão as determinadas, de acordo com os critérios definidos nas alíneas seguintes (A a O).

6. As penalizações previstas no presente artigo serão aplicadas ao Adjudicatário mediante a dedução dos respetivos montantes no pagamento da fatura imediatamente posterior à data em que seja devida.

7. Quaisquer danos ou prejuízos causados pelo Adjudicatário a terceiros na Prestação de Serviços por força de incumprimentos, serão da exclusiva e integral responsabilidade deste, devendo a Câmara Municipal de Fafe ser ressarcida de quaisquer quantias por si pagas ou que lhe venham a ser exigidas a esse titulo, bem como de todos os custos e despesas em que esta incorra por força de tais danos ou prejuízos.

8. Para o incumprimento de qualquer dos termos e condições definidos para a Prestação de Serviços que não tenha prevista penalização correspondente, é estabelecida a penalização de 100,00€ (cem euros) por dia ou incidente.

9. Na decisão de aplicação das sanções pecuniárias e de outra natureza a Câmara Municipal de Fafe terá em consideração, nomeadamente a gravidade e duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências decorrentes do incumprimento, podendo dispensar a aplicação de qualquer penalidade quando a infração seja pouco grave, diminuta a culpa do Adjudicatário e pouco significativas as consequências decorrentes da infração.

A – Recolha de Resíduos Indiferenciados

1. A penalização diária pela não execução integral de um circuito de recolha em incumprimento dos trabalhos descritos na Proposta, será determinada pela seguinte formula:

$$P = 3 \times (Q \times P_u \times C_t)$$

Onde:

P: Sanção pecuniária em euros por dia;

Q: Quantidade de resíduos em tonelada, a qual será estimada de acordo com a média diária de cada dia de recolha do circuito em causa, dos resíduos indiferenciadas recolhidos no mês anterior ao registo do acontecimento;

P_u: Preço unitário para a realização destes trabalhos;

C_t: Coeficiente de atualização de preços de acordo com a fórmula de atualização de preços contratualmente estabelecida, à data do incumprimento ou do cumprimento defeituoso.

2. Caso o incumprimento dos número anterior não seja corrigido antes da data prevista para a seguinte realização desse mesmo circuito e no máximo de 48 horas, o valor diário da penalização aplicável a partir do 4º (quarto) dia útil será o valor calculado nos termos dos números anteriores multiplicados por 2 (dois), ou seja,

$$P = 6 \times (Q \times P_u \times C_t)$$

3. A penalização pela não execução parcial de um circuito dr recolha de resíduos indiferenciados será de: 100,00€ (cem euros) por quilometro ou fração de percurso não realizado, incluindo-se neste todos os percursos de ligação entre os locais de recolha ou de descarga habitualmente percorridos.

4. Alteração do horário da realização do(s) circuito(s) de recolha de resíduos indiferenciados sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe: 1.000,00 € (mil euros) por circuito e dia.

5. Alteração do(s) circuito(s) de recolha de resíduos indiferenciados, definidos na Proposta, sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe: 1.000,00 € (mil euros) por circuito e dia.

6. Descarga não conforme na Estação de Transferência, na Zona Industrial do Socorro: 100,00 € (cem euros) por descarga, acrescido de eventuais penalizações impostas pela Entidade Gestora dessa infraestrutura.

7. Não alteração ou alteração fora do prazo definido pela Câmara Municipal de Fafe do modelo de deposição de resíduos sempre que a mesma o determine: 1.000,00 € (mil euros) por equipamento e/ou dia.

8. Falta de limpeza dos locais onde estão instalados os equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados e de locais onde ocorram eventuais derrames de resíduos ou lixiviados durante a operação de recolha, nos termos das condições definidas para a recolha: 50,00 € (cinquenta euros) por local.

9. Incumprimento na recolha de resíduos urbanos indiferenciado em feiras, mercados, instalações públicas e eventos: 1.000,00 € (mil euros) por dia.

10. Transferência de resíduos entre viaturas no espaço público, sem previa autorização da Câmara Municipal de Fafe: 1.000,00 € (mil euros) por ação.

B – Varredura e Limpeza do Espaço Público

1. A penalização pela não execução integral ou parcial ou cumprimento defeituoso da varredura manual e mecânica do espaço público, nas condições estabelecidas na Proposta e Caderno de Encargos, será determinada pela seguinte fórmula:

$$P = 2 \times (Q \times P_u \times C_t)$$

Onde:

P: Sanção pecuniária em euros por dia;

Q: Quantidade em quilómetros lineares ou metros quadrados do espaço público não varrido ou lavado pelo Adjudicatário, em cada dia e por cantão, de acordo com o estabelecido na proposta;

P_u: Preço unitário para a realização destes trabalhos;

C_t: Coeficiente de atualização de preços de acordo com a fórmula de atualização de preços contratualmente estabelecida, à data do incumprimento ou do cumprimento defeituoso.

2. Incumprimento do prazo determinado para a operação de limpeza nas zonas previstas: 50,00 € (cinquenta euros) por hora.

3. Incumprimento do definido para o reforço de limpeza no período de festas e eventos: 100,00 € (cem euros) por turno.

4. Alteração das frequências e horários de varredura definidos na Proposta sem previa autorização da Câmara Municipal de Fafe: 100,00 € (cem euros) por dia.

5. Incumprimento da deposição dos resíduos de varredura mecânica em destino indicado pela Câmara Municipal de Fafe, em detrimento de outros locais: 100,00 € (cem euros) por ocorrência.

6. Incumprimento da deposição de resíduos de varredura manual em sacos translúcidos nos locais indicados para o efeito: 10,00 € (dez euros) por ocorrência.

7. Incumprimento do prazo definido para a permanência dos sacos utilizados para acondicionamento dos resíduos de varredura no espaço público : 10,00 € (dez euros) por saco e dia.

8. Incumprimento do determinado para a remoção de manchas ou incrustação no pavimento: 100,00 € (cem euros).

9. Não execução, ou cumprimento defeituoso, da limpeza das caldeiras das árvores, floreiras, limpeza de bocas de lobo, sarjetas, ramais das mesmas e outros elementos de drenagem de águas pluviais: 10,00 € por unidade e dia.

10. Incumprimento do prazo concedido para resolução de anomalias: 100,00 € (cem euros) por local.

11. A penalização pela não execução, integral ou parcial, ou cumprimento defeituoso da lavagem do espaço público, nas condições estabelecidas na Proposta e Caderno de Encargos, será determinada através da seguinte formula:

$$P = 2 \times (Q \times P_u \times C_t)$$

Onde:

P: Sanção pecuniária em euros por dia;

Q: Quantidade em quilómetros lineares ou metros quadrados do espaço público não lavado pelo Adjudicatário, em cada dia e por cantão, de acordo com o estabelecido na proposta;

P_u: Preço unitário para a realização destes trabalhos;

C_t: Coeficiente de atualização de preços de acordo com a fórmula de atualização de preços contratualmente estabelecida, à data do incumprimento ou do cumprimento defeituoso.

12. Incumprimento dos horários estabelecidos para a lavagem: 100,00 € (cem euros) por dia.

13. Execução de monda química sem prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe: 1.000,00 € (mil euros) por ocorrência.

14. Incumprimento dos requisitos legais aplicáveis à monda química: 1.000,00 € (mil euros).

15. Não execução de esvaziamento e manutenção de papeleiras: 10,00 € (dez euros) por papeleira e dia.

16.Incumprimento da frequência da higienização das papeleiras: 10,00 € (dez euros) por papeleira e dia.

17. Colocação de resíduos de varredura nas papeleiras: 10,00 € (dez euros) por papeleira.

18. Deposição no espaço publico de resíduos contidos nas papeleiras: 10,00 € (dez euros) por papeleira.

19. Instalação de papeleiras sem previa autorização da Câmara Municipal de Fafe: 10,00 € (dez euros) por papeleira.

20. Incumprimento dos prazos previstos em Caderno de Encargos para instalação, reparação e/ou substituição de papeleiras: 50,00 € (cinquenta euros) por papeleira.

21. Falta de reposição ou reposição defeituosa de sacos nos dispensadores de sacos para dejetos de animais: 10,00 € (dez euros) por dispensador e dia.

22.Falta de instalação, reparação ou substituição dos dispensadores de sacos para dejetos de animais: 10,00 € (dez euros) por dispensador e dia.

23. Não execução ou cumprimento defeituoso da limpeza e remoção dos resíduos de feiras, mercados, eventos e festas da cidade: 2.000,00 € (dois mil euros) por local/evento e dia.

24. Utilização de equipamentos ou de soluções de deposição de resíduos não aprovadas pela Câmara Municipal de Fafe: 1.000,00 € (mil euros) por dia.

25. Incumprimento dos prazos definidos para inicio e término da limpeza de feiras, mercados e eventos: 1.000,00€ (mil euros) por local/dia.

C – Estrutura de Recursos Humanos

1. Alteração da estrutura de recursos humanos apresentada em sede de Proposta: 2.500,00 € (dois mil e quinhentos mil euros) por mês.

2. Incumprimento dos deveres dos trabalhadores do Adjudicatário perante representantes da Câmara Municipal de Fafe ou Munícipes: 50,00 € (cinquenta euros) por ocorrência.

3. Incumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho: 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ocorrência.

4. Não comunicação à Câmara Municipal de Fafe da substituição do responsável pela gestão e coordenação da Prestação de Serviços: 1.000,00 € (mil euros).

D – Fardamento

1. Alteração das peças de fardamento sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe: 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ocorrência.

2. Utilização de fardamento em mau estado de conservação e higiene: 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ocorrência.

E – Equipamentos e Materiais

1. Instalação de equipamentos de deposição no espaço público sem autorização da Câmara Municipal de Fafe: 50,00 € (cinquenta euros) por unidade e dia.

2. Instalação de modelos de papeleiras não autorizadas previamente pela Câmara Municipal de Fafe: 50,00 € (cinquenta euros) por unidade e dia.

3. Utilização de produtos químicos sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe: 50,00 € (cinquenta euros) por ocorrência.

4. Falta ou deficiente lavagem e higienização dos equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados: 50,00€ (cinquenta euros) por unidade e dia.

5. Não substituição dos equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados deslocados para estaleiro a fim de se proceder à sua lavagem, por forma a suprimir a inoperacionalidade dos mesmos: 50,00 € (cinquenta euros) por equipamento e dia.

F – Viaturas

1. Não afetação e utilização na Prestação de Serviços de viaturas e equipamentos e ferramentas ou outros utensílios afetos às mesmas, apresentadas em sede de Proposta: 50,00 € (cinquenta euros) por dia nos primeiros 30 (trinta) dias e 100,00 € (cem euros) por dia a partir do 31.º (trigésimo primeiro) dia, inclusive.

2. Utilização na Prestação de Serviço de viaturas distintas das apresentadas em sede de Proposta: 5.000,00 € (cinco mil euros) por viatura.

3. Utilização de viaturas de reserva que violem o previsto em Caderno de Encargos: 3.000,00 (três mil euros) por viatura e dia.

4. falta de afixação de logótipo, ou outra mensagem determinada pela Câmara Municipal de Fafe, nas condições que o mesmo determine, nas viaturas e equipamentos: 50,00 € (cinquenta euros) por dia.

5. Falta de lavagem e desinfeção da viatura no término do turno de recolha: 50,00 € (cinquenta euros) por viatura.

G – Utilização do Ecocentro e Estação de Transferência

1. Incumprimento das normas de funcionamento dos ecocentros: 50,00 € (cinquenta euros) por ocorrência, acrescido de eventuais penalizações impostas pela Entidade Gestora dessa infraestrutura.

2. Inobservância dos regulamentos aprovados e orientações da Entidade Gestora das infraestruturas em causa: 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por ocorrência.

H – Campanhas de Educação e Sensibilização

Incumprimento do previsto em Caderno de Encargos para este tipo de campanhas: 1.000,00 € (mil euros) por dia ou unidade de ação prevista.

I – Sinalização das áreas de intervenção

Incumprimento do previsto em Caderno de Encargos: 50,00 € (cinquenta euros) por ocorrência.

J – Obrigações Adicionais

Inobservância das instruções da Câmara Municipal de Fafe previstas no numero 5 do Artigo 30.º : 1.000,00 € (mil euros) por incidente.

K – Inventário

1. Não elaboração do inventário nos termos do n.º 1 do Artigo 31.º: 100,00 € (cem euros) por dia.

2. Não atualização permanente do inventário com a totalidade do património afeto à Prestação de Serviços, nos termos do número 2 do Artigo 31.º: 100,00€ (cem euros) por dia.

3. Não disponibilização do material, viaturas, máquinas e equipamentos nos termos do número 3 do Artigo 31.º: 100,00 € (cem euros) por dia.

L – Relatório de Serviço

1. Incumprimento do prazo previsto para entrega do relatório: 100,00 € (cem euros) por dia de atraso.

2. Apresentação de relatórios com erros ou omissões: 50,00 € (cinquenta euros) por dia de atraso após devolução.

3. Não apresentação de quaisquer relatórios, estudos, planos e projetos exigidos pela Câmara Municipal de Fafe no âmbito da Prestação de Serviços, nos prazos indicados: 50,00 € (cinquenta euros) por dia de atraso.

M – Comunicação

Incumprimento do disposto no Artigo 33.º : 100,00 € (cem euros) por ocorrência.

N – Sistema de Informação e Acesso de Dados

1. Incumprimento do prazo previsto no número 5 do Artigo 34.º: 1.000,00 € (mil euros) por dia.

2. Impedimento de acesso por parte da Câmara Municipal de Fafe aos dados recolhidos em bruto pelo Adjudicatário durante a vigência do contrato, nos termos do número 7 do Artigo 34.º: 100,00 € (cem euros) por dia.

3. Impedimento de acesso por parte da Câmara Municipal de Fafe ao sistema do Adjudicatário, nos termos do número 8 do Artigo 34º: 100,00 € (cem euros) por dia.

4. Disponibilização de informação que não corresponda à verdade, nos termos do número 12 do Artigo 34.º: 1.000,00 € (mil euros) por ato.

5. Não prestação de qualquer informação solicitada nos termos do número 15 do Artigo 34.º: 100,00 € (cem euros) por ocorrência.

6. Não atualização permanente dos dados constantes do Sistema de Informação, nos termos do número 16 do Artigo 34.º: 100,00 € (cem euros) por dia.

7. Incumprimento do disposto no número 17 do Artigo 34.º: 100,00 € (cem euros) por ocorrência.

O – Gestão de Incidentes

Incumprimento do disposto no número 3 do Artigo 35.º: 50,00 € (cinquenta euros) por incidente.

Artigo 8.º – Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens , greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam ou devam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 9.º – Atualização de preços

Os Preços unitários serão atualizados anualmente, com efeitos a 1 de janeiro de cada ano, por aplicação do índice de preços ao consumidor (IPC) (taxa de variação média anual) do ano a que a atualização diz respeito, para Portugal Continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), não sendo admitida qualquer outra forma de atualização ou revisão de preços.

Artigo 10.º – Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na prestação dos serviços ou no procedimento que lhes deu origem.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não seja o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever se sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força

da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, a proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, do prestigio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 11.º – Execução da Caução

1. A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Concurso, pode ser executada pela entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na Lei.

2. A resolução do contrato pela entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após notificação da entidade Adjudicante para esse efeito.

4. A Caução a que se referem os números anteriores é libertada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12.º – Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver, a título sancionatório, o contrato, assistindo-lhe ainda o direito a ser indemnizada pelos prejuízos sofridos, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:

a. Atraso na execução dos Serviços que ponha em causa a continuidade do serviço público;

b. Atrasos reiterados relativamente a um ou mais Serviços;

c. Faltas graves de zelo e diligencia na execução dos Serviços;

d. Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do Contrato;

e. Prática de atos com negligência ou dolo que prejudiquem ou afetem a qualidade do serviço prestado;

f. Quando o Adjudicatário se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O direito de resolução do contrato previsto no numero anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, e não lhe confere direito a qualquer indemnização.

Artigo 13.º – Resolução por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o Adjudicatário tem direito de resolver o contrato nas seguintes situações:

a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;

b. Incumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por um período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

c. Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

d. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

3. Nos casos previstos nos pontos anteriores, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Adjudicante, que produzirá efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescida dos respetivos juros de mora.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores faz cessar todas as obrigações contratuais do Adjudicatário.

Artigo 14.º – Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, a Câmara Municipal de Fafe pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público suspender, total ou parcialmente, a execução do contrato.

2. A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da receção da notificação pelo Adjudicatário, por carta registada, salvo se da referida notificação constar data posterior.

3. O Adjudicante pode, a todo tempo, levantar a suspensão da execução do contrato.

4. O Adjudicatário não poderá reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Artigo 15.º – Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Em caso de subcontratação, a responsabilidade perante a Câmara Municipal de Fafe e terceiros pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais é da inteira responsabilidade do Adjudicatário.

2. A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual depende da autorização da entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o Adjudicante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato.

4. O Adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta de Adjudicatário no prazo de 30 dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.

Artigo 16.º – Comunicações e notificações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza do conteúdo.

2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, essas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicilio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

3. Excetuam-se do ponto anterior, as situações previstas no Caderno de Encargos que não exijam formalidade especial, sendo que neste caso as comunicações e notificações podem ser dirigidas por correio eletrónico, com aviso de entrega, ou telecópia.

4. Qualquer alteração das informações do contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no imediato.

Artigo 17.º – Contagem de Prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos contam-se de acordo com o previsto no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18.º – Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Artigo 19.º – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela Legislação Portuguesa.

Parte II – CONDIÇÕES TÉCNICAS

Artigo 20.º – Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;

b) Implementar e gerir todos os serviços objeto do contrato de forma a que a respetiva operação e funcionamento sejam o mais adequados a todo o momento;

c) Implementar certificação nos Sistemas Integrados de Qualidade (NP EN ISO 9001), Ambiente (NP EN ISO 14001) e Higiene e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001), num prazo inferior a 18 meses após inicio da prestação de serviços;

d) Prestar os serviços objeto do contrato por preços nunca superiores aos constantes da proposta adjudicada;

e) Transmitir uma imagem de eficiência e diligencia no desempenho das tarefas que prestará ao abrigo do contrato e contribuir para um boa imagem do serviço público prestado e da entidade Adjudicante;

f) Limpar e higienizar todos os veículos ao finalizar os trabalhos diários, com o fim de, no dia seguinte e ao entrarem de novo ao serviço, oferecerem um aspeto de limpeza e asseio que os serviços merecem;

g) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações, dados e estatísticas referentes à prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias, como estabelecido no caderno de encargos ou sempre que solicitado pela entidade Adjudicante;

h) Dispor do pessoal necessário para satisfazer adequadamente as exigências do contrato, pagando ordenados, segurança social e todos e quaisquer outros encargos associados, disponibilizando fardamento e equipamentos de proteção individual, sempre e de acordo com o disposto na legislação vigente;

i) Adquirir, disponibilizar e dispor de todos e quaisquer materiais, produtos e serviços necessários à prestação de serviços;

j) Assumir todos e quaisquer gastos e encargos que a prestação de serviços origine;

k) Assumir a total responsabilidade por danos causados, direta ou indiretamente, a terceiros ou à entidade Adjudicante, decorrentes da execução do serviço;

l) Assumir toda a responsabilidade pelos atos praticados pelo pessoal ao serviço e resultantes da utilização de máquinas e equipamentos;

m) Avisar a entidade Adjudicante, com uma antecedência não superior a 24 horas, nos casos em que se preveem paragens de serviço e de imediato tomar as medidas necessárias para uma rápida resolução do problema;

n) Sempre que o Adjudicatário sofrer atrasos ou impedimentos na execução de quaisquer trabalhos, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de vinte e quatro horas, a contar da data em que tomou conhecimento da ocorrência, informar o Adjudicante, por correio eletrónico ou fax, das causas e consequências dessa ocorrência;

o) Se os atrasos ou impedimentos sofridos puderem ser ultrapassados ainda durante a jornada de trabalho com o apoio de forças policiais ou outras, deve o Adjudicatário solicitar de imediato o apoio necessário sem prejuízo de informar o Adjudicante dessa ocorrência, por meio eletrónico ou fax, no prazo de 24 horas;

p) Operar e estacionar os veículos afetos ao serviço de forma a não obstruir o transito na via pública e respeitar a ordem municipal de tráfego;

q) Entregar à entidade Adjudicante todo e qualquer objeto de valor encontrado no exercício da prestação de serviços, seja nos resíduos, na via pública, nas papeleiras ou qualquer outro local;

r) Garantir as perfeitas condições de funcionamento de todas as máquinas, equipamentos e veículos, quer mecanicamente, quer a nível de pintura, sinalização, sistemas de segurança e outros;

s) Assegurar a cobertura de todos os riscos dos serviços contratados através da concretização e manutenção de todos os contratos de seguros exigidos pela legislação nacional, assumindo todos os encargos referentes a todos os seguros;

t) Apresentar, no prazo de 72 horas, cópia das apólices de seguro e comprovativos dos respetivos pagamentos, quando solicitadas pela entidade Adjudicante;

u) Assumir os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação dos serviços, de materiais ou de outros elementos a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, comercial e intelectual.

2. A título acessório, o Adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. Mediante autorização escrita do Adjudicante, o Adjudicatário poderá recorrer à utilização de subcontratados ou tarefeiros para a realização de trabalhos, sem que tal implique a diminuição da sua responsabilidade,

designadamente pelo cumprimento defeituoso ou por qualquer incumprimento, parcial ou total das obrigações por si assumidas no âmbito do contrato.

4. É da responsabilidade do Adjudicatário o pagamento de todos os custos associados ao consumo e tratamento de água, tratamento de águas residuais, consumo de energia e telecomunicações, e de outros quaisquer bens e serviços inerentes, necessários ou destinados à execução dos serviços, bem como a obtenção de licenças e autorizações associadas, que se assume estarem refletidos nos preços apresentados.

5. É da responsabilidade do Adjudicatário o pagamento de todas as despesas decorrentes da prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se for caso disso.

6. O Adjudicatário obriga-se a permitir que a entidade Adjudicante, ou seu representante, fiscalize e audite os serviços prestados objeto do contrato.

7. Tudo o que não esteja de acordo com as vinculações contratuais, isto é, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei ou com a boa prática corrente, pode ser rejeitado, no todo ou em parte pela entidade Adjudicante.

8. O exercício do direito de auditoria por parte da entidade Adjudicante não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do Adjudicatário no caso de verificação posterior de deficiência na execução do contrato.

9. O Adjudicatário obriga-se a comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato que altere, designadamente, denominação social, situação jurídica ou situação comercial, com relevância para a prestação de serviços.

10. Haverá lugar a uma articulação permanente entre o Adjudicatário e a Câmara Municipal de Fafe no âmbito da Prestação de Serviços, devendo os representantes de ambos reunirem-se, no mínimo, com periodicidade mensal, e/ou sempre que se revele necessário.

11. As reuniões referidas no numero anterior do presente artigo terão o objetivo de comunicar as anomalias existentes, incidentes, avaliar os resultados de inquéritos de satisfação dos clientes, reclamações ou outras questões pertinentes, nos termos do contrato de prestação de serviços.

12. O Adjudicatário será obrigado a fornecer à Câmara Municipal de Fafe contactos permanentes do Diretor Técnico da Prestação de Serviços, de forma a ser possível alertá-lo sempre que haja necessidade de efetuar trabalhos com urgência, para que este disponibilize, em tempo útil, os equipamentos, as viaturas e os recursos humanos necessários à resolução dos problemas que surjam.

13. O Adjudicatário é obrigado a participar em todas as campanhas de caracterização física de resíduos que o Câmara Municipal de Fafe pretenda realizar, sem que tal constitua, para o Adjudicatário, qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

14. O Adjudicatário obriga-se a prestar à Câmara Municipal de Fafe e aos organismos ou pessoas que este contrate, todos os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados e sejam necessários ao acompanhamento da execução do contrato.

15. O Adjudicatário obriga-se a prestar o serviço por forma a melhorar os indicadores de serviço impostos pela ERSAR na ficha de avaliação da qualidade de serviço.

Artigo 21.º – Recolha de Resíduos Urbanos Indiferenciados

A – Recolha de Resíduos Urbanos Indiferenciados (RU´s) Domésticos e Não Domésticos

1. O Adjudicatário será obrigado a efetuar, em toda a área geográfica do Concelho de Fafe, a recolha e o transporte dos RU´s, dos utilizadores domésticos e não domésticos, com produção total diária inferior a 1.100 L (mil e cem litros), nas condições referidas nos números seguintes.

2. O sistema de recolha porta a porta é o atualmente praticado no Concelho de Fafe e mantém-se como o sistema preferencial de recolha de RU´s. O horário de recolha preferencial, na Freguesia de Fafe, é entre as 20h00m e as 03h00m

3. A recolha será efetuada de acordo com frequência e circuitos apresentados na proposta Adjudicada.

4. O Adjudicatário deverá apresentar na sua proposta os horários e frequência de recolha de RU's, definindo circuitos de recolha porta-a-porta, que incluam todos os arruamentos públicos do Concelho, por forma a garantir a disponibilidade do serviço de acordo com o regulamento Municipal em vigor. Estes circuitos deverão considerar a otimização dos percursos e adequar as viaturas às características dos arruamentos a percorrer.

5. Os horários de recolha de RU´s estão sujeitos à aprovação da Câmara Municipal de Fafe, sendo que a mesma reserva o direito de proceder a qualquer alteração que entenda adequada, sem que tal confira qualquer direito compensatório ou indemnizatório ao Adjudicatário.

6. No âmbito da recolha dos RU´s, o Adjudicatário obriga-se também a recolher todos os resíduos urbanos indiferenciados provenientes de feiras, mercados, festas e eventos nos dias e/ou após a sua realização, em horário que não prejudique o normal funcionamento dos mesmos, podendo reforçar os locais com equipamentos de deposição para resíduos indiferebciados previamente autorizados pela Câmara Municipal de Fafe

7. O Adjudicatário obriga-se também a recolher todos os resíduos urbanos indiferenciados provenientes de cemitérios, jardins, parques, estabelecimentos de ensino, organismos públicos e serviços públicos, zonas de lazer e outros locais onde a Câmara Municipal de Fafe autoriza a existência de equipamentos de deposição apropriados.

8. A recolha dos resíduos dos locais indicados nos pontos 6. e 7. deverá ser feita por circuitos e viaturas distintas da recolha dos restantes resíduos no caso em que seja necessário aferir a pesagem desses resíduos. A recolha de resíduos urbanos indiferenciados provenientes destes locais, deverá ser realizada de acordo com as necessidades

e especificidade de cada local, bem como integral respeito pelas orientações e diretivas da Câmara Municipal de Fafe.

9. As operações de lavagem, manutenção, conservação, reparação e substituição dos equipamentos de deposição existentes nos locais indicados nos pontos 6. e 7. ficarão a cargo do Adjudicatário e consideram-se incluídas no serviço de recolha de resíduos urbanos previstos neste Artigo.

10. O Adjudicatário deverá confirmar, no terreno, a informação relativa ao numero e localização dos equipamentos de deposição coletiva existentes nos locais a que se referem os pontos 6. e 7., responsabilizando-se pela instalação de novos equipamentos, caso a mesma se justifique.

11. O Adjudicatário deverá proceder à lavagem de todos os equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados, demonstrando uma utilização racional da água.

12. O Adjudicatário poderá recorrer à lavagem dos equipamentos em estaleiro, tendo, nestes casos, de proceder à substituição imediata dos equipamentos transportados para o estaleiro.

13. É obrigatória a utilização de desinfetantes, desengordurantes e desodorizantes na lavagem dos equipamentos de deposição, que assegurem adequados níveis de qualidade e de proteção do ambiente, bem como a utilização de água proveniente de fontes alternativas, sempre que a mesma se encontre disponível.

14. O Adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem dos equipamentos de deposição sempre que a Câmara Municipal de Fafe o solicite, sem que tal lhe confira qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

15. A lavagem dos equipamentos de deposição compreende também a limpeza da área ocupada pelos mesmos, pelo que o Adjudicatário deverá proceder à lavagem do pavimento contiguo, no mínimo 1 (um) metro quadrado.

16. As viaturas de recolha deverão iniciar os circuitos devidamente lavadas, nos termos do previsto no Caderno de Encargos.

17. O transporte e deposição dos resíduos realizar-se-á no mesmo dia da recolha, sem que haja deposição noutro local, nem permaneça no interior dos veículos de recolha.

18. Não será permitida a transladação dos resíduos de um veículo para outro, exceto em situações previamente autorizadas pela Câmara Municipal de Fafe.

18. No local de entrega de RU's, os condutores das viaturas deverão sujeitar-se aos horários e às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações do serviço que aí forem transmitidos pelos responsáveis.

19. O Adjudicatário deverá utilizar viaturas e equipamentos adequados aos serviços a efetuar, que respeitem a legislação em vigor, nomeadamente em termos de emissões sonoras, emissões de gases e particúlas poluentes e que garantam eficiência da prestação dos serviços.

20. O Adjudicatário deverá garantir a correta execução dos trabalhos de recolha de resíduos e efetua-los de forma a manter os locais de recolha, permanentemente, em ótimas condições de higiene e limpeza, que salvaguardem a saúde pública, o ambiente e a qualidade do serviço prestado.

21. O Adjudicatário deverá garantir que as operações de recolha cumprem com as normas de segurança para as pessoas e bens.

22. Os resíduos que eventualmente se derramem na via pública durante as operações de recolha, deverão ser imediata e devidamente varridos e/ou limpos com recurso às ferramentas adequadas, tais como vassouras e pás, devendo as viaturas de recolha estar equipadas com tais ferramentas.

23. Sem prejuízo da aplicação de penalização, o Adjudicatário dispões de um prazo de 1 (uma) hora para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

14. A Câmara Municipal de Fafe tem o direito de alterar o sistema preferencial de recolha. A referida alteração não confere ao Adjudicatário, direito a qualquer compensação e/ou indemnização, a qualquer titulo, salvo se da referida alteração resultar a necessidade de efetuar um investimento superior ao previsto na Proposta, caso em que o Adjudicatário terá o direito a ser compensado pela diferença entre o investimento previsto na proposta e o que se revelar necessário à implementação do novo sistema preferencial de recolha.

25. A Câmara Municipal de Fafe reserva-se o direito de alterar as frequências e os horários de recolha, a localização de equipamentos e aumentar ou diminuir o numero de pontos de recolha, bem como efetuar outros ajustes que considere necessários à melhoria da qualidade do serviço prestado, sem que tal confira ao Adjudicatário qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

26. No período das festas da cidade, festas moveis, Páscoa, Natal, Passagem de Ano ou outros eventos ou épocas similares, ou ainda sempre que a Câmara Municipal de Fafe o determine, devem ser reforçados os circuitos de recolha porta-a-porta ou instalados pelo Adjudicatário, em locais a determinar pela Câmara Municipal, equipamentos de deposição coletiva, por forma a garantir satisfação integral das necessidades resultantes do aumento temporário da produção de resíduos indiferenciados.

27. O Adjudicatário assumirá a totalidade dos encargos resultantes do reforço previsto no número anterior.

28. A quantidade de resíduos constante no Mapa de Quantidades, anexo ao caderno de Encargos, deverá ser considerada, pelo Adjudicatário, a título meramente indicativo.

29. O Adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização e/ou compensação caso as quantidades previstas no Mapa de Quantidades anexo ao Caderno de Encargos, não se concretizem, independentemente dessa não concretização.

30. Apenas os resíduos indiferenciado provenientes da recolha previstas no âmbito deste artigo, poderão ser incluídas na medição prevista no ponto .1 do Artigo 36.º.

31. Os resíduos volumosos, resíduos de construção e demolição, resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA) e resíduos verdes deverão ser removidos nos termos da letra F do Artigo 22.º do presente Caderno de Encargos.

32. O Adjudicatário obriga-se a fiscalizar e comunicar à Câmara Municipal de Fafe todas as situações anómalas que detete na execução do serviço e que configurem violação das regras de deposição e utilização dos equipamentos definidas no **Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública**, da Câmara Municipal de Fafe, de modo a desencadear um processo de contraordenação.

33. Da comunicação referida no ponto anterior do presente artigo deverá constar, obrigatoriamente, a identificação do local e a sua georeferenciação, data e hora da ocorrência, descrição pormenorizada da situação e, caso seja aplicável, identificação do tipo e quantidade do contaminante.

34. O Adjudicatário deverá dispor de ferramentas informáticas, com acesso permitido ao adjudicante, nas quais constem, no mínimo, por circuito e por dia, as quantidades de resíduos recolhidas e a descrição e de situações anómalas identificadas, por local de recolha.

35. Mensalmente, ou quando solicitado pelo Adjudicante, o Adjudicatário apresentará relatórios, no mínimo, com informação relativa à quantidade de resíduos transportados, agrupando todos os elementos de pesagem recolhidos no local de descarga, bem como das situações anómalas identificadas.

36. Em julho de cada ano, o Adjudicatário desenvolverá um relatório de progresso relativo ao primeiro semestre do ano, onde apresentará detalhadamente, no mínimo, o tratamento de dados relativos à quantidade de resíduos transportados, bem como das situações anómalas identificadas. Juntamente com o relatório de progresso será fornecido o ficheiro informático que contenha a informação de suporte recolhida ao longo do semestre. Este ficheiro deverá ser apresentado, preferencialmente, sob a forma de folha de cálculo, compatível com os sistemas informáticos utilizados pela Câmara Municipal de Fafe.

37. Até final de janeiro de cada ano, o Adjudicatário desenvolverá um relatório anual relativo ao ano precedente, onde apresentará detalhadamente, no mínimo, o tratamento dos dados relativos à quantidade de resíduos transportados, bem como das situações anómalas identificadas. Juntamente com o Relatório anual será fornecido o ficheiro informático que contenha a informação de suporte recolhida ao longo do ano, bem como toda a informação necessária a remeter à Entidade Reguladora ou a qualquer outra Entidade Oficial. Este ficheiro deverá ser apresentado, preferencialmente, sob a forma de folha de cálculo, compatível com os sistemas informáticos utilizados pela entidade Adjudicante.

38. No termo da prestação de serviço, o Adjudicatário deverá apresentar um relatório final e um ficheiro informático global, referente a todo o período da duração do contrato, com conteúdo e formato como mencionado anteriormente.

39. Ao Adjudicatário poderá vir a ser solicitada a prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos equiparados não especificados anteriormente, produzidos na área da prestação de serviços, cuja quantidade e

periodicidade não seja atualmente previsível, mas cuja recolha venha a revelar-se ser da competência da Câmara Municipal de Fafe. Tais serviços realizar-se-ão apenas segundo indicações da Entidade Adjudicante, pressupondo-se que os seus custos unitários serão os mesmos dos serviços adjudicados, sendo a sua cobrança acrescentada na faturação mensal.

B – Recolha de Resíduos Urbanos Indiferenciados de Grandes Produtores e Outros Aderentes

1. O Adjudicatário terá obrigação de efetuar a recolha dos resíduos indiferenciados provenientes de estabelecimentos comerciais, de unidades de saúde e de outras instituições, com produção diária de resíduos superior a 1.100 l (mil e cem litros) (grandes produtores) e de outros aderentes com acordo celebrado com a Câmara Municipal de Fafe, nas condições referidas nos números seguintes.

2. A recolha será efetuada de segunda-feira a sábado e os horários de recolha deverão ser sempre ajustados às necessidades dos grandes produtores e de outros aderentes com acordo celebrado com a Câmara Municipal de Fafe.

3. O Adjudicatário é obrigado a respeitar as condições acordadas entre a Câmara Municipal de Fafe e os grandes produtores aderentes ao serviço de recolha de resíduos indiferenciado.

4. As eventuais alterações no número de aderentes e nas frequências de recolha não poderão resultar em custos adicionais para a Câmara Municipal de Fafe.

5. O Adjudicatário obriga-se a promover a correta gestão de resíduos, identificando e alertando a Câmara Municipal de Fafe para todas as situações com potencial de implementação na recolha seletiva ou de desvio de materiais recicláveis para mercados paralelos.

6. A recolha de resíduos indiferenciados será efetuada nas instalações dos grandes produtores e de outros aderentes ao serviço de recolha de resíduos indiferenciados.

7. O Adjudicatário só poderá recolher resíduos indiferenciados provenientes dos grandes produtores e de outros aderentes nos locais expressamente autorizados e comunicados pela Câmara Municipal de Fafe.

8. A celebração de acordos está reservada à Câmara Municipal de Fafe.

9. As alterações nos circuitos, frequência de recolha ou tipologia de equipamento de deposição carecem de autorização da Câmara Municipal de Fafe.

10. Os resíduos indiferenciados de grandes produtores e de outros aderentes, poderão ser recolhidos em circuitos de resíduos domésticos, desde que o Adjudicatário consiga quantificar, de forma rigorosa, a produção de resíduos de cada aderente.

11. O Adjudicatário deverá utilizar viaturas e equipamentos adequados ao serviço a efetuar que respeitem a legislação em vigor, nomeadamente em termos de emissões sonoras, emissões de gases e partículas poluentes e que garantam a eficiência da prestação de serviços.

12. O Adjudicatário deverá proceder diariamente à quantificação dos resíduos recolhidos nos grandes produtores e outros aderentes e comunicar à Câmara Municipal de Fafe.

13. O Adjudicatário obriga-se a fiscalizar e comunicar à Câmara Municipal de Fafe todas as situações anómalas que detete na execução do serviço e que configurem violação de regras de deposição e utilização dos equipamentos definidas no acordo estabelecido entre o grande produtor e a Câmara Municipal de Fafe.

14. Da comunicação referida no número anterior deverá constar, obrigatoriamente, a identificação do local e a sua georreferenciação, data e hora da ocorrência, descrição parametrizada da situação e, caso seja aplicável, identificação do tipo e quantidade do contaminante.

15. A manutenção dos equipamentos de deposição é da responsabilidade dos seus proprietários, salvo nos casos em que possam ocorrer danos nos equipamentos de deposição imputados à operação de recolha, pelo que o Adjudicatário deverá alertar a Câmara Municipal de Fafe sempre que detete anomalias nos equipamentos.

16. Sem prejuízo da aplicação de penalizações, o Adjudicatário dispõe de um prazo de 1 (uma) hora para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

17. O Adjudicatário é responsável pelos danos ou prejuízos que, direta ou indiretamente, sejam causados a terceiros e que decorram do exercício das suas funções.

Artigo 22.º – Âmbito e Condições dos Trabalhos de Varredura e Limpeza Urbana

1. O Adjudicatário terá de efetuar, em toda a área da Cidade de Fafe, indicada na planta apresentada em anexo ao Caderno de Encargos, a varredura e limpeza do espaço público, de acordo com o estabelecido nos números seguintes.

2. A varredura e limpeza do espaço público consiste na realização de todas as operações necessárias à manutenção permanente de perfeitas condições de higiene e limpeza no mesmo, através de uma completa higienização e da remoção de resíduos aí existentes, em que se incluirão as operações descritas nas alíneas seguintes (A a H).

3. Na varredura e limpeza do espaço público estão incluídas as seguintes atividades: varredura e lavagem de arruamentos; limpeza de caldeiras de árvores; remoção de resíduos urbanos em espaços verdes, desde que não concessionados a outra entidade, e equipamentos lúdicos; desobstrução de bocas de lobo, sarjetas, ramais das mesmas e outros elementos de drenagem de águas pluviais; esvaziamento, instalação, manutenção e substituição de papeleiras; limpeza e remoção de dejetos de animais; reposição de sacos e instalação, manutenção e substituição dos dispensadores; equipas de intervenção rápida (piquetes); e extirpação de vegetação por monda mecânica, manual e/ou química.

4. À exceção da varredura, todas as demais operações referidas no número anterior são consideradas atividades complementares à varredura, pelo que deverão estar incluídas nos preços unitários da varredura.

5. É da competência do Adjudicatário garantir a afetação dos recursos necessários à plena execução dos trabalhos.

6. O Adjudicatário deverá alertar atempadamente para situações de previsível incumprimento dos trabalhos contratados, de modo a permitir aplicar medidas para mitigação de eventuais danos.

7. O Adjudicatário deverá utilizar viaturas e equipamentos adequados aos serviços a efetuar, que respeitem a legislação em vigor, nomeadamente em termos de emissões sonoras, emissões de gases e partículas poluentes e que garantam a eficiência da prestação dos serviços.

A – Varredura Manual e Mecânica do Espaço Público

1. Constituirá obrigação do Adjudicatário proceder à varredura manual e/ou mecânica de toda a faixa de circulação de viaturas automóveis, zonas de estacionamento, passeios, bermas, caminhos e passagens pedonais, ciclovias, passadiços, eventos, feiras e mercados, equipamentos lúdicos e outros espaços de utilização pública.

2. A varredura manual e mecânica deverá ser assegurada, de segunda feira a sábado, entre as 06h e as 14h00.

3. O Adjudicatário obriga-se a proceder à varredura de acordo com as frequências constantes do mapa anexo ao caderno de encargos.

4. Os cantões de varredura deverão ser definidos de acordo com as características dos locais, sendo que para as zonas de maior afluência de pessoas e concentração de estabelecimentos comerciais os rácios de varredura (homem/Km ou máquina/Km) deverão ser superiores aos apresentados para os restantes locais.

5. No período de festas da cidade, festas moveis, Páscoa, Natal, Passagem de Ano ou outros eventos similares, o Adjudicatário deverá reforçar os meios de limpeza de modo a garantir a higiene dos locais.

6. Sempre que a Câmara Municipal de Fafe o determine, nomeadamente nos períodos referidos no número anterior, deve o Adjudicatário garantir a permanência de meios nesses locais, em detrimento das frequências de varredura estabelecidas .

7. O Adjudicatário não poderá proceder a quaisquer alterações nas frequências e horários de varredura sem a prévia autorização da Câmara Municipal de Fafe.

8. A Câmara Municipal de Fafe reserva-se o direito de alterar as frequências de varredura dos locais, por motivos de sazonalidade, construção de novos arruamentos, erros e omissões na identificação dos arruamentos, alteração da política ambiental, entre outros fatores, sem que o Adjudicatário tenha direito a qualquer compensação e/ou indemnização por esse facto.

9. Os quantitativos associados à varredura e à disponibilidade de meios permanentes de limpeza constantes no Mapa de Quantidades, anexo ao presente caderno de encargos, deverão ser considerados a título meramente indicativo, pelo que o Adjudicatário não terá direito a qualquer compensação e/ou indemnização caso as estimativas não se concretizem, independentemente do motivo dessa não concretização.

10. A varredura mecânica deverá ser executada com auxilio, no mínimo, um cantoneiro de limpeza, dotado de ferramentas e utensílios, que permita garantir uma qualidade de cobertura dos espaços semelhantes à varredura manual, exceto nas situações em que comprovadamente a metodologia utilizada dispense este complemento.

11. A varredura mecânica deverá ser efetuada no cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita ao ruído, sendo que o impacte da atividade ruidosa associada à operação deve ser minimizado junto das habitações, podendo a todo o tempo o Adjudicatário ser obrigado a rever o Programa de Trabalhos para a limpeza do espaço público e/ou os equipamentos empregues na operação.

12. Os resíduos da varredura deverão ser transportados para a Estação de Transferencia, na Zona Industrial do Socorro, ou outro destino indicado pela Câmara Municipal de Fafe.

13. Os resíduos provenientes da varredura manual serão acondicionados em sacos translúcidos, com a indicação de "Resíduos de Varredura", e não poderão ficar depositados no espaço público.

14. Constituirá obrigação do Adjudicatário proceder à limpeza das caldeiras das árvores, nos espaços não concessionados a outra entidade, em que executará a remoção dos resíduos, ervas ou outra vegetação daninha, assim como nos passeios e arruamentos, com a mesma frequência definida para a varredura manual e mecânica.

15. Constituirá obrigação do Adjudicatário a limpeza de bocas de lobo, sarjetas de grelha, ramais das mesmas e outros elementos de drenagem de águas pluviais, com a mesma frequência definida para a varredura manual e mecânica conforme o Programa de Trabalhos para a limpeza.

16. Sem prejuízo da aplicação de penalizações, o Adjudicatário dispõe de um prazo de 1 (uma) hora para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

17. Em casos excecionais, a Câmara Municipal de Fafe poderá autorizar o prolongamento do prazo referido no número anterior do presente artigo.

18. Os resíduos provenientes da varredura não serão contabilizados para efeito da medição prevista no n.º 1.1 do Artigo 36º.

B – Lavagem do Espaço Público

1. Constituirá obrigação do Adjudicatário proceder à lavagem de toda a faixa de circulação de viaturas automóveis, passeios, recantos de edifícios, bermas, caminhos e passagens pedonais, feiras, mercados e outros espaços de utilização pública .

2. A lavagem do espaço público é um serviço complementar à varredura e deverá ser efetuada de modo a remover toda a sujidade, odores, incrustações, manchas de gordura e escorrências dos pavimentos.

3. A operação de lavagem deverá ser efetuada entre as 22h30m e as 07h00, sendo que qualquer exceção terá de ser previamente autorizada pela Câmara Municipal de Fafe.

4. O Adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem do espaço público de acordo com as frequências constantes do Anexo ao Caderno de Encargos e proposta adjudicada.

5. O Adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem de arruamentos, recantos de edifícios ou outros locais da cidade, sempre que tal se revele necessário e/ou sempre que a Câmara Municipal de Fafe assim o determine.

6. Está incluído na lavagem de arruamentos, a lavagem de todo o mobiliário urbano existente nos arruamentos constantes da planta de lavagem, em anexo ao Caderno de Encargos.

7. Sem prejuízo da aplicação de penalização, o Adjudicatário dispõe de 1 (uma) hora para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço, desde que se encontrem reunidas condições mínimas de qualidade e segurança para execução da lavagem e o cumprimento dos horários definidos no presente artigo.

8. A lavagem do espaço publico deverá ser executada com recurso a viaturas adequadas de uso especifico para esta atividade e equipadas com sistema de lavagem de alta pressão.

9. A lavagem manual só poderá ser executada nos locais inacessíveis a viaturas.

10. Deverá ser assegurada a lavagem imediata do espaço público, sempre que ocorram derrames de óleos ou outros líquidos que possam por em risco a circulação rodoviária e a movimentação pedonal, incluindo-se aqui também as situações decorrentes de acidentes rodoviários, em qualquer ponto do Concelho.

11. Nos casos referidos no número anterior, os locais lavados deverão ser cobertos com inertes apropriados, procedendo-se à sinalização das zonas afetadas.

12. Sempre que se revele necessário, ou seja expressamente indicado pela Câmara Municipal de Fafe deverão ser utilizados produtos químicos desengordurantes com ação desodorizante e/ou desinfetante nas lavagens, que cumpram a legislação em vigor, nomeadamente em termos de saúde pública e proteção ambiental.

13. Para casos em que seja necessária a remoção de manchas ou outro tipo de incrustação no pavimento, o Adjudicatário deverá possuir um sistema de lavagem específico que garanta a sua efetiva remoção.

14. O Adjudicatário deverá ser responsável pela boa gestão dos recursos hídricos, nos termos da legislação em vigor, utilizando a água proveniente da rede pública apenas como último recurso, sendo que cabe ao Adjudicatário suportar todos os custos inerentes à operação, incluindo a celebração dos contratos de adesão com os serviços competentes.

15. A Câmara Municipal de Fafe procederá à colheita aleatória, e sempre que entender de amostras da água utilizada pelo Adjudicatário, no sentido de aferir a qualidade da mesma.

16. O Adjudicatário deverá utilizar metodologias de trabalho que garanta a preservação dos bens de terceiros, nomeadamente evitar a projeção de água para a fachada dos edifícios.

17. O Adjudicatário será responsável pelos danos ou prejuízos que, direta ou indiretamente, sejam causados a terceiros e que decorram do exercício das suas funções.

C – Extirpação de Vegetação

1. Constituirá obrigação do Adjudicatário a operação de extirpação de vegetação por monda mecânica, manual ou química, de acordo com o Programa de Trabalhos apresentado para a Limpeza do Espaço Público.

2. A extirpação de vegetação deverá ser executada com a mesma frequência que a varredura.

3. A monda mecânica e manual serão os sistemas preferenciais a utilizar pelo Adjudicatário.

4. A monda química carece de autorização prévia da Câmara Municipal de Fafe.

5. Na monda mecânica é obrigatório a utilização de sistemas de proteção que evitem a projeção de quaisquer objetos que possam provocar danos a terceiros.

6. Não deverá ser danificada a vegetação com função decorativa ou considerada de interesse pela Câmara Municipal de Fafe, desde que não dificulte as condições de visibilidade ou drenagem de água superficial.

7. Os resíduos verdes resultantes da monda mecânica deverão ser recolhidos e transportados para destino final na Zona Industrial do Socorro, não serão contabilizados para efeito da medição prevista no n.º 1.1 do Artigo 36º.

8. O Adjudicatário deverá cumprir todos os requisitos legais aplicáveis à monda química, no sentido de salvaguardar não só os trabalhadores afetos ao serviço como também os utilizadores, pessoas ou animais, do espaço público.

9. As substâncias utilizadas na monda química deverão cumprir com legislação em vigor, não devendo de modo algum serem utilizados produtos químicos com componentes nocivos para a saúde pública e/ou ambiente.

10. Competirá ao Adjudicatário assegurar o procedimento de informação ao público, associado à monda química, devendo o mesmo cumprir com o estabelecido em Caderno de Encargos.

11. Poderão ser aplicadas, após a limpeza e de acordo com as indicações expressas da Câmara Municipal de Fafe, substâncias químicas em combinação e dosagem criteriosamente adequadas ao tipo de vegetação, características do solo, efeito desejado, época do ano, condições climatéricas e/ou ao meio ambiente.

12. Sem prejuízo da aplicação de penalização, o Adjudicatário dispõe de um prazo de 1 (uma) hora para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço. Em casos excecionais, a Câmara Municipal de Fafe poderá autorizar o prolongamento do prazo de forma a permitir a conclusão do planeamento do serviço.

13. O Adjudicatário será responsável pelos danos ou prejuízos que, direta ou indiretamente, sejam causados a terceiros e que decorram do exercício das suas funções.

D – Papeleiras

1. Constitui obrigação do Adjudicatário proceder à instalação, manutenção e esvaziamento de papeleiras, de acordo com o definido em Caderno de Encargos .

2. O esvaziamento das papeleiras será efetuado com a mesma frequência que a varredura .

3. O Adjudicatário deverá proceder à higienização completa (interior e exterior) de todas as papeleiras, com periodicidade mínima trimestral.

4. A Câmara Municipal de Fafe reserva-se o direito de alterar as frequências de higienização das papeleiras, sempre que necessário, sem que tal alteração constitua, para o Adjudicatário, qualquer direito de compensação e/ou indemnização.

5. É expressamente proibida a deposição de resíduos provenientes da varredura nas papeleiras.

6. É expressamente proibido o despejo de resíduos contidos nas papeleiras no espaço público.

7. A definição dos locais para a instalação de novas papeleiras carece de validação da Câmara Municipal de Fafe.

8. As papeleiras serão fixadas, de preferência, diretamente no solo ou com recurso a postalete específico, devendo evitar-se a sua acoplação nos postes de iluminação pública.

9. A instalação e/ou substituição de papeleiras não poderá constituir um obstáculo à mobilidade dos transeuntes.

10. Nos primeiro 6 (seis) meses do contrato, o Adjudicatário deverá proceder à substituição e reposição de papeleiras que se encontrem em mau estado de conservação.

11. Para efeito do previsto no número anterior, o Adjudicatário poderá substituir ou colocar novas papeleiras, em cumprimento do definido no número 5 do Artigo 24º do Caderno de Encargos.

12. O Adjudicatário deverá garantir, no prazo de 6 (seis) meses a partir da assinatura do contrato, a existência de papeleiras junto de todos os dispensadores de sacos para recolha de dejetos de animais, das praças de táxis, das paragens de autocarros, central de camionagem e outros locais de parqueamento de transportes públicos, junto às entradas e saídas de edifícios públicos, parques e jardins, hospital e outras unidades de saúde, galerias comerciais e nas imediações de cafés, bares e restaurantes.

13. Nas áreas de frente urbana continua ou em consolidação e nas áreas de urbanização, o Adjudicatário deverá garantir a existência de papeleiras com distância entre si de 50 metros.

14. Nos locais de diversão noturna, em locais de elevada afluência de pessoas, de concentração de estabelecimentos comerciais, a distância entre papeleiras deverá ser no máximo de 25 metros.

15. O Adjudicatário suportará todos os encargos referentes à aquisição, manutenção e instalação de papeleiras.

16. Compete ao Adjudicatário verificar no local o número e tipo de papeleiras existentes no espaço público incluindo espaços verdes confinantes com o mesmo.

17. A manutenção de papeleiras deverá ser efetuada com caráter permanente, a expensas do Adjudicatário, devendo o mesmo proceder à sua substituição sempre que necessário ou por indicação da Câmara Municipal de Fafe.

18. A instalação, reparação ou substituição de papeleiras deverá ser efetuada no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após comunicação pela Câmara Municipal de Fafe.

19. Sem prejuízo da aplicação de penalização, o Adjudicatário dispões de 2 (duas) horas para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

E – Limpeza e Remoção de Dejetos de Animais

1. Constituirá obrigação do Adjudicatário a limpeza e remoção de dejetos de animais, com utilização de equipamentos adequados, incluindo a desinfeção e desodorizarão do local, bem como a reposição de sacos para recolha de dejetos de animais nos dispensadores, com a mesma frequência definida para a varredura e de acordo com o caderno de encargos.

2. O Adjudicatário deverá garantir a existência de um dispensador de sacos para recolha de dejetos de animais no interior e/ou nas imediações de parques, jardins e urbanizações.

3. Os modelos de dispensadores de sacos para dejetos de animais a instalar estão sujeitos à previa aprovação pela Câmara Municipal de Fafe.

4. O modelo de dispensadores de sacos para dejetos de animais a instalar deverá cumprir com os critérios de uniformização do espaço urbano em que se inserem.

5. A definição dos locais para a instalação de novos dispensadores de sacos para recolha de dejetos de animais carece de validação da Câmara Municipal de Fafe.

6. O Adjudicatário suportará todos os encargos referentes à aquisição, manutenção, instalação e substituição dos dispensadores de sacos.

7. Compete ao Adjudicatário verificar, no terreno, o número e tipo de dispensadores de sacos para dejetos de animais existentes no espaço público.

8. A manutenção dos dispensadores de sacos para dejetos de animais deverá ser efetuada com caráter permanente, a expensas do Adjudicatário, devendo o mesmo proceder à sua substituição sempre que necessário ou por indicação da Câmara Municipal de Fafe.

9. O Adjudicatário deverá proceder à substituição dos dispensadores sempre que necessário ou por indicação da Câmara Municipal de Fafe, sem que tal constitua o direito a qualquer compensação e/ou indemnização.

10. A instalação, reparação ou substituição dos dispensadores de sacos para dejetos de animais deverá ser efetuada no prazo de 1 (um) dia útil.

11. Sem prejuízo da aplicação de penalização, o Adjudicatário dispõe de um prazo de 2 (duas) horas para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

F – Equipas de Intervenção Rápida (Piquete)

1. O Adjudicatário deverá garantir a existência, em número adequado, de equipas de intervenção rápida de modo a assegurar a realização de operações imprevisíveis de limpeza e de remoção de resíduos do espaço público.

2. Devido ao caráter imprevisível das operações a que se destinam, as equipas de intervenção rápida deverão apresentar flexibilidade e versatilidade necessária à execução do serviço.

3. O Adjudicatário deverá garantir a disponibilidade permanente de pelo menos 1 (uma) equipa de intervenção rápida, para atuar em situações anómalas e imprevisíveis, das quais resulte a necessidade de uma intervenção rápida e eficaz.

4. Cada equipe de intervenção rápida será constituída no mínimo por um motorista e um cantoneiro.

5. As viaturas afetas às equipas de intervenção rápida deverão possuir equipamentos adequados ao serviço a executar, nomeadamente taipais elevados, grua ou plataforma elevatória e um sistema de lavagem de alta pressão.

6. Para além de operações de limpeza imprevisíveis, as equipes de intervenção rápida terão como função a remoção de resíduos indiferenciados, resíduos volumosos, resíduos de construção e demolição, resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA), resíduos verdes ou outra tipologia de resíduos abandonados no espaço público e/ou junto a equipamentos destinados a recolha seletiva, bem como lavagem de arruamentos, em qualquer parte do Concelho, decorrentes de acidentes de viação ou outros, sendo os resíduos levados a destino final adequado, por conta do Adjudicatário.

7. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento dos requisitos legais específicos à recolha de resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA), especialmente no que respeita às regras de acondicionamento e transporte.

8. Os resíduos abandonados junto aos Ecopontos, correspondendo às tipologias associadas a estes equipamentos, deverão ser colocados no seu interior, sem prejudicar a qualidade dos materiais separados.

9. Os resíduos recolhidos deverão ser transportados para o Ecoponto, situado na Zona Industrial do Socorro, ou para outro local indicado pela Câmara Municipal de Fafe, de forma a permitir a sua valorização.

10. Sem prejuízo da aplicação de penalizações, o Adjudicatário , dispõe de um prazo de 2 (duas) horas para corrigir anomalias verificadas na execução do serviço.

11. Em casos excecionais, e devidamente justificados, a Câmara Municipal de Fafe poderá autorizar o prolongamento do prazo previsto no número anterior.

G – Limpeza de Feiras, Mercados, Eventos e Festas da Cidade

1. Constituirá obrigação do Adjudicatário , ou sempre que a Câmara Municipal de Fafe o determine, proceder à limpeza dos espaços públicos nos quais se realizem feiras, mercados, eventos de qualquer natureza e festas da responsabilidade ou apoiadas pela Câmara Municipal de Fafe, em conformidade com o Caderno de Encargos.

2. As operações de limpeza referidas no número anterior deverão abranger os arruamentos e/ou áreas circundantes dos referidos espaços públicos.

3. A limpeza dos espaços deverá ser articulada com a Câmara Municipal de Fafe e iniciada após a hora de encerramento das feiras, mercados, eventos e festas.

4. A duração das operações de limpeza nos espaços associados a feiras não poderá exceder as 2 (duas) horas após o termino das mesmas.

5. No caso dos eventos, o Adjudicatário deverá concluir os trabalhos de limpeza no prazo máximo de 1 (uma) hora após o término dos mesmos, com exceção dos eventos de maior complexidade, nomeadamente festas da cidade e outros similares, cujo prazo de conclusão será definido pela Câmara Municipal de Fafe.

6. A metodologia de limpeza das feiras, mercados, eventos e festas deverá salvaguardar a correta gestão dos resíduos, promovendo a sua separação, utilizando para o efeito os Ecopontos existentes.

7. O Adjudicatário deverá respeitar as regras de deposição de resíduos nos equipamentos disponibilizados para o efeito.

8. Nos eventos com maior adesão de público, o Adjudicatário deverá destacar os meios necessários para garantir a limpeza permanente do espaço de realização do evento e arruamentos contíguos.

9. O Adjudicatário poderá recorrer à varredura mecânica, desde que comprovadamente a sua utilização não prejudique o aproveitamento de resíduos com potencial de reciclagem e permita a diminuição dos recursos humanos afetos ao serviço.

10. Sempre que a Câmara Municipal de Fafe considere necessário, os espaços das feiras, mercados, eventos e festas deverão ser lavados antes, durante e/ou após a sua realização.

Artigo 23.º – Estrutura de Recursos Humanos

1. O Adjudicatário manterá ao seu serviço uma estrutura de recursos humanos – técnicos, administrativos e operacionais – estável e integrada nos quadros da empresa, de modo a permitir o cumprimento integral das obrigações por si assumidas no âmbito da Prestação de Serviços, podendo excecionalmente reforçar os meios operacionais com recurso a trabalho temporário desde que comunicado à Câmara Municipal de Fafe e devidamente justificado por motivos de exigência de operação e/ou sazonalidade.

2. O Adjudicatário será exclusivamente responsável pela organização e pelos atos de gestão dos trabalhadores, de acordo com as normas legais aplicáveis, bem como pelo integral cumprimento de todas as obrigações

inerentes à qualidade da entidade empregadora, em especial o pagamento de salários e as obrigações no âmbito de segurança, higiene, e saúde no trabalho.

3. Anualmente, até ao dia 31 de janeiro, o Adjudicatário deverá elaborar, de acordo com a legislação aplicável, e comunicar à Câmara Municipal de Fafe um plano de formação, com indicação do número de horas de cada ação, nas diferentes áreas de execução de serviços no âmbito da Prestação de Serviços, nomeadamente no que respeita à sustentabilidade ambiental, à higiene, saúde e segurança no trabalho, ao relacionamento interpessoal e à cidadania.

4. O Adjudicatário deverá possuir obrigatoriamente uma equipa de trabalho com formação nas áreas de ambiente, recursos humanos, higiene e segurança no trabalho, tecnologias de informação e comunicação, contabilidade, atendimento ao público, manutenção de viaturas e equipamentos, podendo opcionalmente afetar recursos humanos de outras áreas de formação que entenda conferirem uma mais valia à Prestação de Serviços.

5. O Diretor Técnico responsável pela gestão e coordenação da Prestação de Serviços deverá possuir experiência na gestão de contratos de recolha de resíduos urbanos e limpeza do espaço público.

6. A designação do Diretor Técnico e da demais equipa de trabalho afeta à Prestação de Serviços está sujeita à aprovação prévia da Câmara Municipal de Fafe.

7. Caso, a qualquer momento, venha a ocorrer a substituição do Diretor Técnico responsável pela gestão e coordenação da Prestação de Serviços, tal como indicado na Proposta, o mesmo deverá cumprir com o disposto nos números anteriores, entregando para o efeito documento que comprove as suas habilitações.

8. As instruções, os avisos notificações que a Câmara Municipal de Fafe emita e que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da Prestação de Serviços poderão ser dirigidas diretamente ao Diretor Técnico responsável pela gestão e coordenação, a quem deverão ser confiados os poderes necessários para representar legalmente o Adjudicatário perante a Câmara Municipal de Fafe.

9. O Diretor Técnico responsável pela gestão e coordenação deverá acompanhar assiduamente os trabalhos que se desenvolvam no âmbito da Prestação de Serviços e estar presente nos locais de realização dos mesmos, bem como sempre que para tal seja convocado pela Câmara Municipal de Fafe.

10. O Adjudicatário deverá possuir Encarregados em número suficiente para a gestão dos serviços prestados, sendo que a relação mínima é de 1 Encarregado por 25 Cantoneiros de limpeza.

11. No âmbito do processo de melhoria continua, sempre que sejam detetadas quaisquer anomalias ou oportunidades de melhoria, deverá ser constituída uma equipa de trabalho dotada de especialistas, composta por representantes do Adjudicatário e da Câmara Municipal de Fafe, com o objetivo de elaborar um plano de ação a implementar no prazo de 3 (três) meses que será objeto de avaliação nos 2 (dois) meses subsequentes.

12. O Adjudicatário deverá nomear uma equipa de trabalho específica para assegurar a realização de ações de educação e sensibilização que visem promover o bom desenvolvimento das atividades constantes no presente Caderno de Encargos.

13. A equipa de trabalho prevista no número anterior deverá, sempre que se revele necessário, colaborar na instrução do procedimento de contraordenação a realizar pela Fiscalização da Câmara Municipal de Fafe.

14. O Adjudicatário deverá nomear uma equipa de trabalho especifica para garantir a permanente articulação com a Câmara Municipal de Fafe no que respeita ao funcionamento e melhoria dos sistemas de informação e comunicação.

Artigo 24.º – Equipamentos e Materiais

1. Todos os equipamentos a instalar carecem de autorização prévia da Câmara Municipal de Fafe.

2. Os modelos de equipamento apresentados pelo Adjudicatário em sede de Proposta não conferem o direito à sua instalação, sendo que esta só poderá ocorrer após autorização da Câmara Municipal de Fafe.

3. Caso a Câmara Municipal de Fafe decida não autorizar a instalação dos equipamentos apresentados em sede de Proposta, tal não confere ao Adjudicatário, qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

4. O Adjudicatário deverá apresentar, no mínimo, 3 modelos distintos de papeleiras a utilizar na Prestação de Serviços.

5. Os modelos de papeleira a instalar pelo Adjudicatário deverão cumprir com os critérios de uniformização do espaço urbano em que se inserem, podendo utilizar modelos de papeleiras semelhantes aos existentes ou promovendo a sua substituição por modelos que tornem o espaço urbano mais coerente e organizado.

6. O Adjudicatário poderá ainda recorrer a um processo de redistribuição das papeleiras atuais.

7. A instalação de novas papeleiras e o processo de redistribuição carece da previa autorização da Câmara Municipal de Fafe.

8. Durante a execução do contrato o Adjudicatário poderá propor outro modelo de papeleira, desde que o mesmo contribua comprovadamente para a melhoria do serviços.

9. O Adjudicatário deverá apresentar, no mínimo, 2 (dois) modelos distintos de dispensadores de sacos para recolha de dejetos de animais.

10. O Adjudicatário deverá apresentar um estudo para a instalação e distribuição dos dispensadores de sacos para dejetos de animais, com identificação do modelo de dispensador proposto, número de dispensadores a instalar e localização com georreferenciação.

11. Os dispensadores de sacos para dejetos de animais deverão possuir sistema de limitação de saída de sacos por forma a garantir a disponibilização unitária de cada saco.

12. Os sacos para recolha de dejetos de animais deverão cumprir os requisitos que a Câmara Municipal de Fafe fornecer, nomeadamente em termos de imagem.

13. O Adjudicatário poderá propor a instalação de equipamentos destinados à deposição de resíduos específicos, que pelas suas características e natureza, quando acumulados no pavimento dificultam as operações de limpeza do mesmo, tais como pastilhas elásticas, pontas de cigarros, entre outros.

14. Os carrinhos de varredura deverão ser dotados de faixas refletoras, que permitam sinalizar adequadamente a sua presença no espaço público.

15. Os sopradores a utilizar no auxilio da operação de varredura deverão ser, preferencialmente elétricos.

16. Todos os equipamentos afetos à Prestação de Serviços deverão cumprir com os requisitos definidos no Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, no âmbito da prevenção do ruído e do controlo da poluição sonora, nomeadamente no que respeita aos limites de emissões sonoras previstos para cada período do dia, de acordo com o caráter da atividade a exercer, salvo nas situações autorizadas pela Câmara Municipal de Fafe.

17. O Adjudicatário obriga-se a entregar amostras e respetivas fichas técnicas de todos os produtos químicos a utilizar no âmbito da Prestação de Serviços, nomeadamente herbicidas, desengordurantes, desinfetantes e desodorizantes.

18. A utilização de produtos químicos prevista no número anterior está sujeita à prévia aprovação da Câmara Municipal de Fafe.

19. Os produtos químicos a utilizar na Prestação de Serviços deverão ser preferencialmente biodegradáveis.

20. No caso particular dos herbicidas, está proibida a utilização de compostos com glifosfato.

21. O Adjudicatário deverá garantir a existência de equipamentos e materiais de reserva em quantidade que corresponda a 5% (cinco por cento) do total existente.

22. Sem prejuízo das percentagens definidas no número anterior, o Adjudicatário deverá garantir a existência, no mínimo, de uma unidade de cada equipamento e material como reserva.

Artigo 25.º – Viaturas

1. O Adjudicatário será proprietário ou disporá, a um título que permita garantir o cabal cumprimento, de forma permanente, das obrigações por si assumidas no Contrato de Prestação de Serviços, do número de viaturas pesadas e ligeiras que se revelem necessárias.

2. Após a assinatura do contrato, o Adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 6 (seis) meses para apresentação das referidas viaturas, ficando as mesmas sujeitas a vistoria e aceitação pela Câmara Municipal de Fafe.

3. Os concorrentes deverão indicar, nas respetivas Propostas, a que título irão dispor das referidas viaturas.

4. As viaturas deverão ser em número necessário à realização dos trabalhos que integrem a exploração da Prestação de Serviços, bem como adequadas às funções a executar e às características das zonas onde devem circular.

5. Todas as viaturas a afetar à Prestação de Serviços terão de ser novas, com exceção das viaturas de reserva que poderão ser usadas, mas não deverão exceder os 15.000 (quinze mil) Km ou horas de utilização.

6. As viaturas deverão estar afetas em regime de exclusividade à Prestação de Serviços, excetuando-se as de reserva.

7. O Adjudicatário deverá privilegiar a utilização de viaturas de recolha de resíduos urbanos com grande capacidade de carga, que promovam a eficiência dos serviços e a sustentabilidade ambiental.

8. O Adjudicatário deverá garantir que as viaturas de reserva correspondem a pelo menos 10% (dez por cento) por tipologia, da frota afeta aos serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza do espaço público, sendo que no mínimo deverá garantir 1 (uma) viatura por tipologia, de forma a dar resposta imediata a contingências, manutenções ou avarias.

9. A frota de viaturas afetas à Prestação de Serviços deverá cumprir com os requisitos previstos na Norma Euro VI (Regulamento (CE) n.º 595/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009).

10. As viaturas de reserva apenas poderão ser utilizadas a titulo excecional e devidamente justificado, por motivos de acidente ou avaria, no período estritamente necessário não podendo ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias úteis, excetuando-se as situações devidamente autorizadas pela Câmara Municipal de Fafe.

11. As viaturas de reserva, deverão estar equipadas com sistema que permita o registo da sua localização geográfica e de eventos relativos à operação, conforme previsto no artigo 34º.

12. As caixas que equipam as viaturas de recolha de resíduos urbanos deverão ser de carga contínua, com sistema de elevação de contentores, devendo ser totalmente estanques, de modo a evitar que haja escorrimentos para a via pública, durante as operações de carga e descarga.

13. As caixas que equipam as viaturas de recolha de resíduos urbanos deverão ser constituídas por materiais robustos, não degradáveis pelos produtos orgânicos e desenhadas de forma a permitir a sua fácil lavagem, tanto interna como externa.

14. Os auto-compactadores deverão ser robustos, hermeticamente fechados, com depósito para lixiviados e com abertura automática no ato de descarga.

15. Todas as viaturas deverão cumprir, relativamente às suas características e ao seu funcionamento, o estabelecido na legislação e regulamentos aplicáveis no âmbito da recolha de resíduos e limpeza do espaço público.

16. O Adjudicatário deverá utilizar viaturas e respetivos equipamentos adequados aos serviços a efetuar, que promovam a redução das emissões de gases com efeito de estufa e partículas e contribuam para eficiência ambiental e económica da Prestação dos Serviços.

17. Todas as viaturas e equipamentos afetas à Prestação de Serviços deverão cumprir com os requisitos definidos na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, no âmbito da prevenção do ruído e do controlo da poluição sonora, nomeadamente no que respeita aos limites de emissões sonoras previstas para cada período do dia, de acordo com o caráter da atividade a exercer, salvo nos casos autorizados pela Câmara Municipal de Fafe.

18. As varredoras mecânicas deverão estar dotadas de sistema de controlo de poeiras.

19. As varredoras usarão escovas de aço ou nylon em função do tipo de pavimento, sendo que nas zonas empedradas serão usadas escovas de nylon.

20. A decoração das viaturas deverá ser efetuada em conformidade com o Caderno de Encargos, sujeita a validação da Câmara Municipal de Fafe, devendo:

a) Mencionar os serviços a que estão afetas;

b) Possuir os logótipos do Município de Fafe e do Adjudicatário, não amovíveis e colocados em local visível;

c) Incluir informação temática, de forma a transmitir à população os procedimentos ambientalmente sustentáveis adotados pelo serviço, em função da finalidade a que se destinam e dos objetivos definidos nas campanhas de sensibilização.

21. O Adjudicatário deve proceder, diariamente após a execução do serviços, em estaleiro apropriado, à limpeza e lavagem das viaturas e outros equipamentos de transporte de resíduos, com recurso a desinfetantes, desengordurantes e desodorizantes, salvaguardando a utilização racional de água.

22. As operações de manutenção, conservação e reparação das viaturas e respetivos equipamentos, serão permanentes, de modo a que estas sejam mantidas em ótimas condições de utilização, de higiene, de segurança, de conservação e de imagem, sendo da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário todos os encargos associados a estas atividades.

23. O Adjudicatário procederá à revisão periódica de todas as viaturas adstritas à Prestação de Serviços, não afetando aos serviços as unidades que não reúnam as devidas condições na sua totalidade, devendo para o efeito substitui-las por outras com as mesmas características.

24. Todas as viaturas serão utilizadas de forma a não obstruírem o trânsito na via pública e no integral respeito pelo Código da Estrada e pela demais legislação em vigor.

25. O Adjudicatário deverá submeter e manter atualizado o cadastro e inventário de todas as viaturas adstritas à Prestação de Serviços no Sistema de Informação, nos termos do número 2 do Artigo 31.º.

Artigo 26.º – Instalações

1. O Adjudicatário deverá possuir instalações administrativas no Concelho de Fafe, dotadas de meios de comunicação adequados ao bom funcionamento da Prestação de Serviços e que garantam o contacto com os representantes da Câmara Municipal de Fafe.

2. Qualquer alteração das instalações referidas no numero anterior, deverá ser previamente comunicada à Câmara Municipal de Fafe.

3. A localização do parque de viaturas afeto à prestação de serviços deverá situar-se o mais próximo possível do local da execução do serviço.

4. Na eventualidade de, durante a execução do contrato, o Adjudicatário pretender alterar a localização das instalações afetas à Prestação de Serviços, indicadas em sede de Proposta, este deverá garantir que as novas instalações possuem as mesmas condições e distancia do local de execução do serviço.

5. As instalações do Adjudicatário deverão demonstrar preocupações ao nível da eficiência energética, consumo racional de água, gestão dos resíduos e condições de higiene e conforto.

Artigo 27.º – Sinalização das Áreas de Intervenção

1. Sempre que o Adjudicatário proceda a quaisquer trabalhos previstos na Prestação de Serviços deverá sinalizar devidamente a área de intervenção, com observância das condições estabelecidas nos números seguintes.

2. Será obrigatório a sinalização do local com equipamento adequado para o efeito, para que seja possível visualizar-se, com relativa facilidade e distância que permita evitar acidentes, as áreas de intervenção, bem como o equipamento móvel que esteja a ser utilizado.

3. A sinalização da área de intervenção é da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, não sendo a Câmara Municipal de Fafe, em qualquer caso, responsável por qualquer acidente ocorrido na zona de trabalho ou que esteja, direta ou indiretamente, relacionado.

4. A obrigação de sinalização prevista no presente artigo será aplicável aos trabalhadores, prestadores de serviços e/ou mandatários, que procedam à realização do trabalho.

5. A obrigação prevista no presente artigo deverá ser veiculada pelo Adjudicatário a todos os envolvidos, mais se obrigando este a instruí-las devidamente sobre a forma do respetivo cumprimento e a dotá-las dos meios necessários para esse efeito.

6. O Adjudicatário será responsável por retirar a sinalização após a conclusão dos trabalhos.

7. Os equipamentos e viaturas utilizados pelo Adjudicatário não devem obstruir o transito, mesmo quando estiverem em utilização, salvo quando tal se revele necessário nos termos do número seguinte, respeitando integralmente a legislação em vigor e todas as normas regulamentares aplicáveis.

8. Caso se venha a revelar necessário a ocupação temporária das vias de circulação automóvel, deve o Adjudicatário solicitar aos serviços competentes a respetiva autorização.

9. No âmbito do procedimento de aplicação de monda química no espaço público, o Adjudicatário deverá apresentar, no programa de trabalhos para a limpeza urbana, um estudo relativo ao suporte de informação, incluindo características técnicas do mesmo, imagem, conteúdo e tipos de afixação.

10. O Adjudicatário deverá apresentar, no Programa de trabalhos para a limpeza urbana, um estudo relativo à sinalização a utilizar na operação de limpeza de feiras, mercados e eventos realizados no espaço público, que impliquem o condicionamento temporário do trânsito.

Artigo 28.º – Monitorização da Prestação de Serviços

1. O Adjudicatário fica sujeito, no que respeita ao cumprimento do contrato de prestação de serviços, das leis e regulamentos aplicáveis, ao controlo por parte da Câmara Municipal de Fafe, que poderá, para o efeito, exigir-lhe informações e documentos que considere necessários.

2. A Câmara Municipal de Fafe dispõe de livre acesso a todos os equipamentos e instalações afetos à prestação de serviços.

3. Cabe à Câmara Municipal de Fafe a verificação da qualidade e da quantidade dos trabalhos executados pelo Adjudicatário.

4. O Adjudicatário deve elaborar fichas de ocorrência e de inconformidades, para efeitos de aplicação, por parte da Câmara Municipal de Fafe, das penalizações previstas no Artigo 7º.

5. Para efeitos do número anterior, os representantes do Adjudicatário deverão comparecer, em local e horário a combinar, sempre que para tal seja notificado pela Câmara Municipal de Fafe.

6. Quando o Adjudicatário, por sua iniciativa ou em virtude de circunstâncias de força maior, proceda à execução de trabalhos fora da respetiva plataforma horária definida no plano de trabalhos e tal implique para a Câmara Municipal de Fafe o pagamento de horas suplementares aos seus representantes, este será da responsabilidade do Adjudicatário, que deverá ressarcir a Câmara Municipal de Fafe de tais encargos.

7. O Adjudicatário ficará ainda sujeito à fiscalização da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e de outras entidades, nos termos legais aplicáveis.

Artigo 29.º – Representante da Câmara Municipal de Fafe para Efeitos de Monitorização da Prestação de Serviços

1. A Câmara Municipal de Fafe notificará o Adjudicatário da identidade dos representantes que designe para a monitorização dos trabalhos a serem executados no âmbito da Prestação de Serviços.

2. Aos representantes referidos no número anterior serão conferidos poderes de fiscalização e ser-lhes-á dada formação que lhes permita resolver eventuais questões ou problemas que lhe venham a ser colocados pelo Adjudicatário, com vista a assegurar, a todo o tempo, a normal prossecução dos trabalhos.

Artigo 30.º – Obrigações Adicionais

1. Haverá lugar a uma articulação permanente entre o Adjudicatário e a Câmara Municipal de Fafe no âmbito da Prestação de Serviços, devendo os representantes de ambos reunirem, no mínimo, com periodicidade mensal, e/ou sempre que se revele necessário.

2. As reuniões referidas no número anterior terão o objetivo de comunicar as anomalias existentes, incidentes, avaliar os resultados de inquéritos de satisfação dos clientes, reclamações ou outras questões pertinentes, nos termos do contrato de prestação de serviços.

3. A elaboração da convocatória e da ordem de trabalhos é da competência da Câmara Municipal de Fafe, podendo o Adjudicatário propor inclusão de assuntos que considere importantes debater.

4. O Adjudicatário será obrigado a fornecer à Câmara Municipal de Fafe contactos permanentes do Diretor Técnico da prestação de serviços, de forma a ser possível alertá-lo sempre que haja a necessidade de efetuar trabalhos com urgência, para que este se disponibilize, em tempo útil, os equipamentos, as viaturas e os recursos humanos necessários à resolução dos problemas que surjam.

5. O Adjudicatário é obrigado a participar em todas as campanhas de caracterização física de resíduos que a Câmara Municipal de Fafe pretenda realizar, sem que tal constitua, para o Adjudicatário, qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

6. Caso seja necessário, o Adjudicatário deverá proceder à reorganização dos seus serviços durante o período de campanhas, de modo a não prejudicar o normal funcionamento dos trabalhos.

7. O Adjudicatário compromete-se a colaborar de forma permanente com a Câmara Municipal de Fafe, não criando impedimentos ou obstáculos ao normal desempenho das responsabilidades desta quanto ao acompanhamento e à fiscalização das atividades objeto do contrato.

8. O Adjudicatário obriga-se a prestar à Câmara Municipal de Fafe e aos organismos ou pessoas que este contrate, todos os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados e sejam necessários ao acompanhamento da execução do contrato.

Artigo 31.º – Inventário

1. O Adjudicatário elaborará um inventário no qual conste a totalidade do património pertencente à Prestação de Serviços à data de celebração do contrato e submetê-lo, no Sistema de Informação da Câmara Municipal de Fafe, até 6 (seis) meses após a entrada em funcionamento da Prestação de Serviços.

2. O Adjudicatário deverá manter atualizado uma inventário no qual conste a totalidade do património afeto à Prestação de Serviços, no qual se incluirá a avaliação da aptidão de cada bem para desempenhar a função que lhe assiste na Prestação de Serviços, bem como das respetivas condições de conservação e funcionamento.

3. O Adjudicatário será obrigado a disponibilizar, permanentemente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após comunicação escrita da Câmara Municipal de Fafe nesse sentido, o material, viaturas, máquinas e equipamentos utilizados na Prestação de Serviços para uma vistoria, a fim de serem comprovadas as condições e aptidões para o exercício das suas funções.

Artigo 32.º – Relatórios de Serviços

1. O Adjudicatário deverá apresentar relatórios referentes a todas as atividades desenvolvidas no âmbito da prestação de serviços.

2. Os relatórios deverão ser entregues em formato digital compatível com o sistema informático da Câmara Municipal de Fafe.

3. Sem prejuízo da aplicação da penalização prevista e contagem de prazos, a Câmara Municipal de Fafe poderá devolver relatórios ao Adjudicatário sempre que estes apresentem erros ou omissões.

4. O Adjudicatário deverá submeter diariamente um relatório de anomalias e/ou dificuldades verificadas na execução normal do serviço, no qual mencione a identificação do local, as causas e as eventuais sugestões de correção das situações verificadas, designadamente:

a) Na remoção de resíduos urbanos indiferenciados;

b) Serviços de lavagem de equipamentos, pesagem dos resíduos recolhidos, varredura e lavagem de arruamentos não efetuados;

c) Deteção de lixeiras;

d) Comunicação de descargas clandestinas de resíduos na via publica;

e) Componentes do sistema de drenagem de águas pluviais obstruídos;

f) Derrame de resíduos, lixiviados, óleos ou outros na via pública;

g) Deteção de situações de incumprimento do **Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública** do Câmara Municipal de Fafe:

h) Acidentes envolvendo viaturas ou trabalhadores;

i) Deteção de não conformidades na recolha de resíduos urbanos indiferenciados;

j) Todas as outras situações que causem algum constrangimento ou impeçam a normal execução dos trabalhos.

5. O Adjudicatário deverá disponibilizar no dia imediatamente a seguir à data de realização, o relatório referente à limpeza de eventos, do qual devem constar as seguintes informações:

a) Identificação do evento;

b) Georreferenciação do local;

c) Data de inicio e fim;

d) Tempo de duração da operação;

e) Área intervencionada em metros quadrados ou lineares;

f) Descrição dos meios humanos e mecânicos utilizados;

g) Quantidade e tipo de resíduos recolhidos;

h) Custos a imputar com a operação de limpeza.

6. O Adjudicatário deverá apresentar à Câmara Municipal de Fafe, mensalmente, até ao quinto dia do mês subsequente às atividades desenvolvidas, os seguintes relatórios:

a) Mapa resumo referente à medição para faturação, com justificação do serviço efetuado;

b) Memorando das atividades desenvolvidas durante o mês, indicando o número de recursos humanos, ferramentas, viaturas, máquinas e equipamentos utilizados, do qual deverão constar, nomeadamente, os seguintes factos e/ou elementos:

i) Quantidade de varredura manual e mecânica, em quilómetros lineares e metros quadrados, identificando locais, data, horário de execução, cantões de varredura e máquinas afetas;

ii) Quantidade de varredura planeada e efetivamente executada, em quilómetros lineares;

iii) Quantidade de varredura permanente, com identificação dos locais, data e hora da intervenção, em horas de trabalho;

iv) Quantidade de resíduos de varredura mecânica ou manual recolhida, em toneladas;

v) Quantidade de arruamentos lavados, em quilómetros lineares, identificando os locais, a data, horário de execução, o circuito de lavagem e as viaturas afetas;

vi) Quantidade de lavagem planeada e efetivamente executada, em quilómetros lineares;

vii) Quantidade de água e produtos químicos consumidos, em litros, na lavagem do espaço público;

viii) Quantidade de monda mecânica, manual e química, em quilómetros lineares, com identificação dos locais intervencionados, com georreferenciação e planta de localização, data e horário de intervenção e indicação do tipo, designação comercial e quantidade (em litros) de herbicida utilizado;

ix) Número de papeleiras lavadas, instaladas, substituídas, reparadas e vandalizadas, com identificação da papeleira, localização, modelo tipo de intervenção, data e horário da execução de serviço;

x) Numero de dispensadores de sacos para a deposição de dejetos de animais lavados, instalados, substituídos, reparados e vandalizados, com identificação do respetivo dispensador, localização, modelo, tipo de intervenção, data e horário da execução do serviço;

xi) Listagem, com georreferenciação dos locais, das operações de limpeza realizadas pelas equipas de intervenção rápida, com data e hora aproximada de intervenção;

xii) Listagem com identificação das feiras, mercados e eventos, georreferenciação do local e planta de localização, medição da área intervencionada (em quilómetros lineares ou metros quadrados) data e horário de intervenção, quantidade de resíduos recolhidos, por tipologia, e custos para a Câmara Municipal de Fafe.

Xiii) Listagem de placas de informação de proibição de deposição de resíduos afixadas no espaço público, com localização geográfica do local;

xiv) Quantidade de resíduos recolhidos, por tipologia, nos grandes produtores e outros aderentes, por dia, em litros ou número de remoções;

xv) Listagem de todas as penalizações aplicadas pela Câmara Municipal de Fafe, com identificação do valor, data da ocorrência, serviço e causa;

xvi) Mapa de quantidades com valores previstos e valores executados, com memória justificativa de eventuais desvios;

xvii) Mapa de controlo orçamental com valores previstos e executados, com memória justificativa de eventuais desvios.

7. O Adjudicatário deve apresentar à Câmara Municipal de Fafe, anualmente até ao dia 31 de janeiro do ano subsequente ao ano a que respeita, os seguintes relatórios:

a) Relatório Global das atividades desenvolvidas durante o ano, com descrição pormenorizada de viaturas, equipamentos e recursos humanos afetos a cada serviço;

b) Relatório de pagamentos efetuados pela Câmara Municipal de Fafe;

c) Atualização dos certificados ou relatórios das auditorias ou de acompanhamento dos Sistemas Integrados de:

i) Qualidade (NP EN ISO 9001);

ii) Ambiente (NP EN ISO 14001);

iii) Higiene e Segurança no Trabalho (OSHAS 18001);

iv) Outros que o mesmo tenha apresentado em sede de entrega de Proposta.

8. A Câmara Municipal de Fafe reserva-se o direito de alterar os itens dos relatórios referidos nos pontos anteriores, sem que tal constitua, para o Adjudicatário, qualquer direito a compensação e/ou indemnização.

9. O Adjudicatário deverá entregar o ficheiro de apoio para a avaliação da qualidade do serviço prestado por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), em condições de ser submetido no portal da mesma, com antecedência mínima de 1 (um) mês, relativamente ao prazo definido pela ERSAR para submissão do mesmo.

10. O Prestador de Serviço deve apresentar à Câmara Municipal de Fafe, anualmente, até ao final do ano anterior ao ano a que respeita, mapas previsionais para o ano seguinte.

Artigo 33.º – Comunicação

1. A comunicação entre as partes será realizada de forma verbal (presencial ou via telefónica) ou documental (sistema de informação, e-mail ou ofício).

2. A Câmara Municipal de Fafe poderá comunicar as anomalias verificadas no âmbito dos trabalhos da Prestação de Serviços de forma verbal, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalizações previstas no presente Caderno de Encargos.

3. No caso de serem efetuadas comunicações verbais, o seu teor será reduzido a escrito e comunicado à parte respetiva no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

4. Para efeito de aplicação de penalizações ou comunicação de irregularidades que comprometam a imagem e qualidade do serviço, a notificação será realizada por via documental.

5. A aplicação de penalizações será precedida de auto lavrado pela Câmara Municipal de Fafe e audiência prévia do Adjudicatário.

6. O Adjudicatário deverá garantir a existência de um sistema de comunicação que permita, a todo o momento, o contacto entre a Câmara Municipal de Fafe e as equipas de intervenção rápida, de modo a possibilitar a qualquer instante a comunicação de situações que necessitem de intervenção.

Artigo 34.º – Sistema de Informação e Comunicação de Dados

1. A operação do serviço deve ser suportada por uma plataforma tecnológica de recolha, armazenamento, processamento e disponibilização de dados.

2. A plataforma disponibilizada pelo Adjudicatário terá que permitir níveis de acesso aos dados em bruto e aplicações de interface de análise e visualização da informação recolhida.

3. Todos os interfaces de acesso aos dados em bruto têm que seguir especificações técnicas de integração de informação a disponibilizar pela Câmara Municipal de Fafe ao Adjudicatário.

4. Competirá ao Adjudicatário garantir a integração e compatibilidade do seu sistema de informação com o disponibilizado pela Câmara Municipal de Fafe.

5. O referido no ponto anterior terá de ser assegurado no prazo máximo de 3 (três) meses após a disponibilização da informação referida no numero 3 do presente artigo.

6. Todos os formatos de dados devem ser de acesso livre e não ter qualquer tipo de restrição de utilização pela Câmara Municipal de Fafe.

7. O Adjudicatário terá a obrigação de manter o acesso a todos os dados recolhidos em bruto durante a vigência do contrato.

8. O Adjudicatário deverá garantir o acesso ao sistema de informação por parte dos representantes da Câmara Municipal de Fafe, nomeadamente no que diz respeito à informação exigida no contrato.

9. As informações extraídas dos sistemas de informação poderão ser utilizadas como prova para validação de anomalias detetadas na execução dos serviços e aplicação das respetivas penalizações.

10. O Adjudicatário terá de promover ações de formação aos utilizadores das aplicações interface de analise e visualização.

11. A promoção das ações referidas no número anterior do presente artigo será obrigatória sempre que se efetuem atualizações no sistema de informação do Adjudicatário.

12. O Adjudicatário será responsável pela veracidade da informação disponibilizada à Câmara Municipal de Fafe.

13. Competirá ao Adjudicatário suportar os custos decorrentes da interligação, compatibilização, comunicações, fornecimento, manutenção e atualização de hardware e software do seu sistema de informação, assim como assegurar a interligação com o sistema de informação da Câmara Municipal de Fafe.

14. O Adjudicatário deverá disponibilizar eletronicamente os relatórios previsto no Caderno de Encargos.

15. Sem prejuízo de outras informações que considere relevante partilhar, ou que a Câmara Municipal de Fafe venha a considerar como necessárias, o Adjudicatário terá de disponibilizar todos os dados que permitam construir a seguinte informação:

a) **Circuitos de recolha indiferenciados**: tipologia do circuito; serviço previsto e serviço realizado; localização geográfica dos veículos; informação dos veículos (centralina), informações sobre as descargas da viatura, identificação da viatura e recursos afetos;

b) **Recolha de resíduos urbanos de grandes produtores e outros aderentes**: tipologia do circuito; serviço previsto e serviço realizado; localização geográfica dos veículos; informação dos veículos (centralina), informações sobre as descargas da viatura, identificação da viatura e recursos afetos;

c) **Varredura manual**: georreferenciação de todos os cantões de varredura manual, incluindo papeleiras dispensadores de sacos para dejetos de animais, sistemas de drenagem de águas pluviais e outros fatores que influenciem a varredura. Medição do cantão de varredura (total do cantão por troços do arruamento), planeamento do serviços (dia, horário e ordem de passagem) e rastreamento, em tempo real, através de localização geográfica do serviço executado, recursos humanos afetos, utensílios e ferramentas utilizadas.

d) **Varredura mecânica**: tipologia do circuito, serviço previsto e serviço realizado, localização geográfica dos veículos, informação dos veículos (centralina), identificação da viatura, recursos humanos afetos, consumo de água e de produtos químicos e localização geográfica dos locais de abastecimento de água.

e) **Lavagem do espaço público**: tipologia do circuito, serviço previsto e serviço realizado, localização geográfica dos veículos, informação dos veículos (centralina), identificação da viatura, recursos humanos afetos, consumo de água e de produtos químicos e localização geográfica dos locais de abastecimento.

f) **Limpeza de Feiras e Mercados**: Sem prejuízo do estipulado nas alíneas anteriores, deve o Adjudicatário proceder à identificação das feiras e mercados, georreferenciação das feiras e mercados, tipo de varredura, área de intervenção direta e indireta, quantidade de resíduos recolhidos por tipologia, recursos humanos e mecânicos utilizados, data e duração da operação (hora inicial e final), quantidade de quilómetros ou área limpa e custo total para a Câmara Municipal de Fafe.

g) **Limpeza de eventos**: Sem prejuízo do estipulado nas alíneas anteriores, deve o Adjudicatário proceder à identificação do evento e promotor, georreferenciação do local, tipo de varredura e/ou lavagem, área de intervenção direta e indireta, quantidade de resíduos recolhidos por tipologia, recursos humanos e mecânicos utilizados, data e duração da operação (hora inicial e final), quantidade de quilómetros ou área limpa e custo total para a Câmara Municipal de Fafe.

h) **Papeleiras**: georreferenciação das papeleiras, modelo, fornecedor, capacidade, data de instalação/substituição, tipo de fixação, data, tipo e motivo de reparação, data de lavagem e fotografia.

i) **Dispensador de sacos de dejetos para animais**: georreferenciação dos dispensadores, modelo, fornecedor, tipo de saco, data de instalação/substituição, tipo de fixação, data, tipo e motivo de reparação, data de lavagem e fotografia.

j) **Identificação das viaturas**: matrícula, ano de matricula, propriedade, marca, modelo, tipo e capacidade da caixa de recolha, quilometragem, tipo e consumo de combustível, data e tipo de reparações, data e fim da inoperacionalidade, data de inspeção obrigatória.

16. Os dados a que se refere o número anterior devem ser atualizados e disponibilizados em tempo real.

17. No que respeita à pesagem de resíduos, o Adjudicatário deverá garantir a necessária compatibilização com o sistema de pesagem de descarga efetuadas na Zona Industrial do Socorro.

Artigo 35.º – Gestão de Incidentes

1. Um incidente poderá ser despoletado por uma reclamação ou por uma situação anómala detetada pela Câmara Municipal de Fafe.

2. O Adjudicatário deverá desenvolver ações que promovam a inexistência de incidentes no âmbito da prestação de serviços.

3. O Adjudicatário deverá cumprir o procedimento de gestão de incidentes definido pela Câmara Municipal de Fafe, nomeadamente no que respeita aos prazos de resposta e de resolução, pelo menos em 95% (noventa e cinco por cento) dos incidentes registados.

4. Para efeito do disposto no numero anterior serão consideradas reclamações todas as situações resultantes do incumprimento das operações previstas no presente caderno de encargos.

Artigo 36.º – Regras de Medição

1. Sempre que for necessário efetuar medições, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

1.1. Recolha de resíduos:

A medição será efetuada em tonelada, aproximada às centésimas.

1.2. Limpeza urbana:

a) Os trabalhos de varredura manual e mecânica serão medidos ao quilómetro linear, segundo o eixo do arruamento, com aproximação às décimas;

b) A medição ao quilómetro linear inclui toda a zona de varredura, passeios, bermas, faixas de circulação e separadores, qualquer que seja a medida considerada para a largura do arruamento em causa, mesmo que a zona destinada à circulação de veículos seja inferior à zona de peões e separadores;

c) Os trabalhos de limpezas de feiras, mercados e eventos realizados na via pública serão medidos em quilometro linear, aproximado à unidade;

2. Quando não tenham sido fixados no presente caderno de encargos os critérios de medição a adotar, observar-se-ão, para o efeito, pela seguinte ordem de prioridade:

a) As normas de medição que porventura se encontrem em vigor;

b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre a Câmara Municipal de Fafe e o Adjudicatário.

Artigo 37.º – Serviços Pontuais

1. O Adjudicatário obriga-se a executar, de acordo com o presente caderno de encargos, todos os serviços pontuais solicitados na Lista Complementar de Serviços em anexo e todos os serviços a mais da mesma espécie

que sejam solicitados pela Câmara Municipal de Fafe e que se tornem necessários à manutenção do bem estar público e desde que a sua separação do objeto do contrato acarrete inconvenientes para a entidade Adjudicante.

2. No caso destes serviços serem os especificados na Lista Complementar de Serviços, serão aplicados os preços unitários propostos pelo Adjudicatário.

3. Nos restantes casos e tratando-se de serviços da mesma espécie, o Adjudicatário deverá apresentar uma proposta de preço e condições de execução que tenha em atenção os preços correntes de mercado e os custos dos materiais, da utilização dos equipamentos, das viaturas, das ferramentas e de mão de obra a utilizar.

4. Tratando-se de serviços da mesma espécie dos adjudicados mas a executar em condições diferentes, o Adjudicatário deverá apresentar uma proposta de preços e de condições de execução que tenha em conta os preços unitários apresentados na sua proposta e que, se for o caso, explicite claramente as razões justificativas de qualquer aumento desses preços.

Artigo 38.º – Proposta técnica dos serviços pontuais constantes na Lista Complementar se Serviços

Os concorrentes deverão apresentar na sua proposta a memória descritiva de execução, bem como os meios a envolver para os serviços indicados na Lista Complementar de Serviços.

Artigo 39.º – Pagamentos

1. A Câmara Municipal de Fafe pagará ao Adjudicatário, a partir da data de inicio da prestação de serviços, a quantia calculada com base nos preços unitários apresentados na proposta e na medição dos serviços executados mensalmente, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. A periodicidade da faturação será mensal.

3. O Adjudicatário deverá proceder à emissão da fatura no final de cada mês e entrega da mesma à Câmara Municipal de Fafe até ao 5º (quinto) dia útil do mês seguinte.

4. O pagamento será executado num prazo de 30 (trinta) dias, após a validação da fatura pela Câmara Municipal de Fafe.

5. O Adjudicatário apresentará o relatório mensal previsto no caderno de encargos, em que especificará todos os trabalhos executados durante o mês anterior, para aprovação ou retificação da Câmara Municipal de Fafe.

6. Sempre que o Adjudicatário se oponha à retificação prevista no número anterior, deverá apresentar, nos 15 (quinze) dias subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, uma reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou falhas, bem como os correspondentes valores a que se acha com direito, sendo a reclamação decidida no mesmo prazo, correspondendo a falta de notificação de decisão ao deferimento da reclamação.

7. O pagamento só será efetuado após a revisão e aprovação, por parte da Câmara Municipal de Fafe, do relatório mensal apresentado pelo Adjudicatário ou de decisão expressa ou tácita da reclamação nos termos dos números anteriores.

8. Os preços unitários a apresentar pelos Concorrentes, em função do mapa de quantidades em anexo, deverão incluir a execução de todos os trabalhos a realizar no âmbito da prestação de serviços , de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos.

9. A importância do pagamento mensal a receber pelo Adjudicatário será calculada com base no produto da multiplicação dos preços unitários apresentados na proposta para cada tipo de trabalho (constante do mapa de quantidades) pelas quantidades de trabalhos efetivamente executados, medidas de acordo com as regras de medição constantes do artigo 36.º do presente caderno de encargos.

10. A faturação mensal será efetuada com base nos termos definidos no numero anterior, independentemente da quantidade de trabalhos efetivamente realizados ser menor, igual ou superior à estimativa apresentada no mapa de quantidades.

11. A câmara Municipal de Fafe poderá reter, em qualquer fatura, os montantes compulsórios e/ou compensatórios e/ou indemnizatórios de que seja Credora do Adjudicatário e a que tenha direito por qualquer motivo, ou compensá-los com os pagamentos que tenha que realizar.

12. Tendo em conta o disposto nos números anteriores e o caráter meramente indicativo do mapa de quantidades, o Adjudicatário assegurará a execução das quantidades de trabalho que se revelem necessárias no âmbito da Prestação de Serviços, mesmo que estas sejam menores, iguais ou superiores à estimativa apresentada no referido Mapa de Quantidades, durante toda a vigência da Prestação de Serviços.

13. As discrepâncias previstas no número anterior não darão lugar a qualquer tipo de indemnização e/ou compensação, a qualquer titulo, nem constituirão motivo de rescisão do contrato de prestação de Serviços, pelo que o Adjudicatário será integralmente responsável pela provisão de todos os materiais, viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas e pessoal a serem considerados para efeitos do cálculo dos preços, independentemente dos valores apresentados no mapa de quantidades.

14. É da responsabilidade do Adjudicatário o pagamento de quaisquer imposto, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos por qualquer autoridade e relativos à execução do contrato de Prestação de Serviços.

15. Os preços unitários apresentados na proposta serão atualizados anualmente, com efeitos a um de janeiro de cada ano, com base no Índice de Preços ao Consumidor (Continente), exceto habitação, do ano anterior, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, não sendo admitida qualquer outra forma de atualização nem revisão de preços.

Artigo 40.º – Casos Omissos

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Caderno de Encargos ou em Lei especial, é regulado pelo Código dos Contratos Públicos.

Anexos

ANEXO I

Mapa de Quantidades e de Preços Unitários

Artigo	Descrição	Quantidade anual		Unidade	Preço Unitário	Preço Anual
1º	Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo a lavagem de contentores definido no caderno de encargos.	15.000		Toneladas		
2º	Varredura Manual e/ou mecânica dos arruamentos incluindo todos os meios e necessários à sua execução conforme definido no caderno de encargos	Diária	7.600	Km de arruamento		
		Trissemanal	1.200	Km de arruamento		
		Bissemanal	1.300	Km de arruamento		
		Semanal	1.680	Km de arruamento		
		Mensal	230	Km de arruamento		
3º	Lavagem mecânica de arruamentos incluindo todos os meios necessários à sua execução conforme definido no caderno de encargos	De julho a setembro (2 vezes)	60.000	m2 de arruamento		

TOTAL:

ANEXO II

LISTA COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS

Artigo	Descrição	Preço Unitário	Unidade
1º	Limpeza Manual – Trabalhos Pontuais		m2
2º	Varredura Mecânica – Trabalhos Pontuais		m2
3º	Lavagem Mecânica – Trabalhos Pontuais		m2
4º	Lavagem de passeios		m2
5º	Limpeza de bermas e valetas		Km de valeta
6º	Aplicação de herbicida		m2
7º	Limpeza e desmatação de terrenos		hectar
8º	Recolha de orgânicos		ton
9º	Recolha seletiva multimaterial de Ecopontos		ton
10º	Lavagem de ecopontos		contentor
11º	Transporte de resíduos para destino final		tonxkm
12º	Limpeza de grafities		m2
13º	Limpeza de publicidade, bandeirolas e toldos		m2
14º	Fornecimento e instalação de contentores enterrados e semienterrados		Unidade
15º	Fornecimento e instalação de contentores Molok		Unidade
16º	Fornecimento de contentores de 1.100 L com pedal		Unidade
17º	Fornecimento de contentores de 800 L com pedal		Unidade
18º	Fornecimento de contentores de 50 L		Unidade
19º	Fornecimento de sistemas de fixação de contentores de superfície		Unidade
20º	Fornecimento e instalação de papeleiras incluído prumo		Unidade
21º	Limpeza de espaços interiores de edifícios		m2
22º	Limpeza e manutenção de fontes e lagos		m2
23º	Serviços de manutenção de equipamentos urbanos (pinturas, limpeza, etc.)		m2
24º	Manutenção de jardins		m2
25º	Limpeza e lavagem de sinais de transito		Unidade
26º	Campanhas de sensibilização		Dia

ANEXO III

RESÍDUOS RECOLHIDOS NOS ANOS ANTERIORES

	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Janeiro	1 161,58	1 157,86	1 130,74	1 135,02	1 095,04	1 190,02	1 103,86
Fevereiro	1 006,72	1 027,86	957,76	974,24	962,72	1 091,10	1 047,50
Março	1 173,92	1 173,89	1 077,10	1 089,98	1 138,28	1 198,12	1 194,88
Abril	1 235,38	1 180,71	1 143,80	1 165,22	1 145,66	1 138,16	1 180,50
Maio	1 219,76	1 209,29	1 116,70	1 153,00	1 209,36	1 202,32	1 255,04
Junho	1 179,14	1 185,96	1 075,60	1 124,48	1 197,56	1 205,10	1 227,90
Julho	1 274,94	1 286,18	1 294,62	1 347,30	1 345,50	1 304,54	1 355,14
Agosto	1 563,86	1 511,16	1 408,04	1 502,74	1 487,90	1 549,00	1 564,00
Setembro	1 229,70	1 179,68	1 109,22	1 265,56	1 247,20	1 212,44	1 262,86
Outubro	1 212,80	1 179,50	1 202,80	1 248,32	1 203,04	1 190,94	1 244,04
Novembro	1 170,19	1 097,30	1 091,34	1 144,90	1 131,44	1 164,40	1 146,34
Dezembro	1 216,20	1 125,38	1 097,38	1 155,34	1 172,44	1 170,98	1 203,42

ANEXO IV

MAPA DOS ARRUAMENTOS A VARRER MANUALMENTE E/OU MECANICAMENTE E RESPETIVAS FREQUÊNCIAS

Frequência	Km
Diária	24,50
Trissemanal	8,20
Bissemanal	11,80
Semanal	35,00
Mensal	18,90

MAPA DOS ARRUAMENTOS A LAVAR MECANICAMENTE

Arruamento	m2 (conforme mapa)
Os constantes do mapa em anexo	